

Fundação Cultural Dr. Pedro Leopoldo
Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo - UNIPEL
Programa de Mestrado Profissional em Administração

Márcio de Souza Moreira

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS IES:
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO**

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ENTIDADES COM E SEM FINS
LUCRATIVOS**

Pedro Leopoldo
Minas Gerais

2010

MÁRCIO DE SOUZA MOREIRA

**DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO DAS IES:
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO**

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE ENTIDADES COM E SEM FINS
LUCRATIVOS**

Dissertação a ser apresentada ao Programa de Mestrado Profissional das Faculdades Integradas de Pedro Leopoldo como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração.

Área de Concentração: Gestão de Inovação e Competitividade

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Juliana Moraes Marreco de Freitas

Pedro Leopoldo
Minas Gerais

UNIPEL
2010

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter-me proporcionado a alegria de vivenciar o desenvolvimento deste trabalho.

A minha esposa, Márcia, por mais esta manifestação de amor ao me apoiar e encorajar na realização deste sonho.

Aos meus filhos, Helena e Miguel, que na pureza e ingenuidade me enviaram sorrisos e beijos que me encheram de alegria, força e energia.

Aos meus pais, Moreira e Lourdes, pelas orações e exemplo de vida, indispensáveis na minha eterna formação.

Aos meus irmãos, Mércia, Marcelo e Maurício, pela confiança e o sincero desejo de realização.

Aos meus amigos e sócios pela compreensão e incentivo.

Aos verdadeiros religiosos e religiosas que, ao acreditarem no ser humano, e defenderem em suas instituições seus valores e crenças, contribuíram para o fortalecimento da minha fé em Deus e em seus filhos.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi verificar os reflexos financeiros produzidos pela opção das Instituições Privadas de Ensino Superior serem com ou sem fins lucrativos. Foi realizada a análise e aplicação das obrigatoriedades legais para apuração dos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade. Foram examinados ainda os efeitos da destinação do resultado e a possível influência desta como vantagem competitiva. Constatou-se que as transformações, historicamente ocorridas no Brasil, de entidades "sem" em "com" finalidade lucrativa, refletem a realidade do mercado de livre iniciativa privada, passando os detentores do capital próprio a terem autonomia na distribuição de resultados, sociais ou remuneratórios. No encerramento deste estudo técnico, chegou-se a conclusão que as entidades sem fins lucrativos são as que apresentam melhor tendência patrimonial e financeira futura. As conclusões desta pesquisa possuem limitações inerentes aos estudos de caso, destacando as constantes mudanças que vêm passando as Instituições de Ensino Superior no Brasil.

ABSTRACT

The objective of this work was to verify the financial repercussions, caused by the option of the private universities to operate in Brazil, with or without profit purposes. We carried out an analysis and application of the legal obligations in order to determine the liquidity indicators, indebtedness and profitability. The effects of the result's destination and its possible influence as a competitive advantage, were also examined. It was found that the transformations of entities 'with' and 'without' profit goals, that occurred historically in Brazil, reflect the reality of the private free initiative market, ensuring that the proper capital's holders to have autonomy in the distribution of results, social or remunerative. Upon concluding this technical study we came to the conclusion that the entities without profit purposes represent the best patrimony evolution and financial future. The conclusions of this study have limitations that are inherent to the cases being studied, and emphasize the constant changes that the universities in Brazil pass through.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Variação das IES Privadas, n.º de Vagas e Ociosidade entre 1999 e 2007	21
Tabela 02 - Número de IES Privadas e Vagas Oferecidas e Ociosas na Graduação Presencial	21
Tabela 03 - <i>Market Share</i> de oito IES Privadas.	23
Tabela 04 - Tributos incidentes sobre as IES com fins e sem fins lucrativos	30
Tabela 05 - Tributos incidentes sobre as IES com fins e sem fins lucrativos com Adesão ao PROUNI.....	32
Tabela 06 - Balanço Patrimonial – PUC Minas.....	54
Tabela 07 - Demonstrações do Superávit dos Exercícios – PUC Minas - SFL.....	55
Tabela 08 - Demonstrações do Resultado dos Exercícios – PUC Minas - CFL	56
Tabela 09 - PUC Minas – Comparativo Sem Fins Lucrativos x Com Fins Lucrativos	57
Tabela 10 - Balanço Patrimonial – Kroton.....	58
Tabela 11 - Demonstrações dos Resultados dos Exercícios - Kroton	59
Tabela 12 - Demonstração do Superávit dos Exercícios – Kroton	60
Tabela 13 - Kroton – Comparativo Sem Fins Lucrativos x Com Fins Lucrativos	61
Tabela 14 - PUC Minas x Kroton - Indicadores de Liquidez	62
Tabela 15 - PUC Minas – Indicadores de Liquidez	63
Tabela 16 - Kroton – Indicadores de Liquidez	63
Tabela 17 - PUC Minas x Kroton – Indicadores de Endividamento	64
Tabela 18 - PUC Minas – Indicadores de Endividamento.....	65
Tabela 19 - Kroton – Indicadores de Endividamento	66
Tabela 20 - PUC Minas x Kroton – Indicadores de Rentabilidade	67
Tabela 21 - PUC Minas – Indicadores de Rentabilidade	68
Tabela 22 - Kroton – Indicadores de Rentabilidade	68

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Demonstração do Resultado de Tamanho Comum	38
Quadro 02 - Cálculo do EVA	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01	- Distribuição Percentual de IES com e sem fins lucrativos	16
Gráfico 02	- Evolução do Valor Médio de Mensalidades da Graduação das IES Nacionais Privadas.....	22
Gráfico 03	- PUC Minas – Diferença entre ESFL e ECFL.....	57
Gráfico 04	- Kroton - Diferença entre ESFL e ECFL	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Círculo Mnemônico do Tributo	26
Figura 02 - Diferença entre os objetivos da ESFL e das ECFL.....	27

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

BOVESPA	-	Bolsa de Valores de São Paulo
CEBAS	-	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CNE	-	Conselho Nacional de Educação
COFINS	-	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CONAES	-	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CSLL	-	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DRE		Demonstração do Resultado do Exercício
ECFL	-	Entidades Com Fins Lucrativos
ESFL	-	Entidade Sem Fins Lucrativos
EVA	-	<i>Economic Value Added</i> – Valor Econômico Agregado
FPAS	-	Fundo de Previdência e Assistência Social
IASB	-	<i>International Accounting Standards Board</i>
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES	-	Instituições de Ensino Superior
INEP	-	Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPO	-	<i>Initial Public Offering</i> - Ofertas Públicas Iniciais de Ações
LAJIR	-	Lucro Antes dos Juros e Imposto de Renda
LDB	-	Lei de Diretrizes e Base da Educação
MEC	-	Ministério da Educação
PAP	-	Pitágoras Administração e Participações
PDI	-	Plano de Desenvolvimento Institucional
PIS	-	Programa de Integração Social
PROUNI	-	Programa Universidade para Todos
RAT	-	Riscos Ambientais do Trabalho
ROA	-	<i>Return On total Assets</i> – Retorno do Ativo Total
ROE	-	<i>Return on Common Equity</i> - Retorno do Capital Próprio

SUMÁRIO

1. Introdução	12
1.1. Definição do Problema	15
1.2. Objetivo	16
1.2.1. Objetivos Específicos	17
1.3. Justificativa	17
2. Referencial Teórico	18
2.1. As Instituições de Ensino Superior	18
2.1.1. Origem das Instituições de Ensino Superior no Brasil.....	19
2.1.2. Modelo de IES no Brasil	23
2.2. Os Tributos e a Finalidade Lucrativa	25
2.2.1. Imunidade, Isenção e Tributos nas IES.....	28
2.2.2. O Programa Universidade para Todos e os Tributos	31
2.3. Indicadores Econômicos Financeiros	33
2.3.1. Análise de Liquidez	34
2.3.2. Análise do Endividamento	35
2.3.3. Análise de Rentabilidade	38
3. Metodologia	42
3.1. Critérios da Pesquisa	42
3.2. Hipótese	43
3.3. Amostragem dos Dados	44
3.4. Regulação e Aspectos Contábeis da Amostra	44
3.4.1. PUC Minas	45
3.4.2. Kroton Educacional S/A	46
3.4.3. Considerações das Unidades de Análise	47
3.5. Tratamento das Informações	48
4. Análise dos Resultados	49
4.1. As Entidades Analisadas	49
4.1.1. Kroton Educacional S/A	49
4.1.2. PUC Minas	51
4.2. Os Resultados Contábeis e Financeiros	52
4.2.1. Informações com base nas Demonstrações Contábeis da PUC MINAS..	54
4.2.2. Informações com base nas Demonstrações Contábeis do KROTON.....	58
4.3. Os Indicadores Financeiros	62
4.3.1. Análise de Liquidez	62
4.3.2. Análise de Endividamento	64
4.3.3. Análise de Rentabilidade	66
4.4. Síntese dos Resultados.....	70
5. Conclusão.....	71
5.1. Pesquisas Futuras e Limitações.....	72
6. Referências	74
7. Anexos.....	77

1 INTRODUÇÃO

A premente necessidade de qualificação das respostas, na busca da transposição das dificuldades sociais e econômicas da atualidade, conduz ao aperfeiçoamento técnico e científico dos indivíduos.

No processo de evolução da sociedade, a educação tem significativa importância como reprodutora e formadora de cultura. Ela contribui para que a humanidade se organize, ao buscar satisfazer as carências individuais e coletivas da sociedade, através dos processos de ensinar e aprender.

Segundo Freire (1996), a educação é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção, dialética e contraditória, que ultrapassa os conteúdos ensinados e a simples reprodução ou desmascaramento de uma ideologia. Conteúdos que, bem ou mal ensinados e ou aprendidos, levam os centros de produção sistemática do conhecimento à tarefa essencial de trabalhar a inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade.

Saviani (1984) afirma que escola existe para proporcionar o acesso ao saber elaborado, assim, o objeto da educação diz respeito à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados e à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. Nesse contexto, a prática educacional formal é intencional e com objetivos culturais fundamentados na socialização do indivíduo. A concretização dessa formação se dá através do sistema educativo, conjunto organizado de estruturas e de ações diversificadas, do qual as entidades de ensino superior representam o nível mais elevado.

Capdeville, citado por Rocha e Granemann (2003), esclarece que a formação de recursos humanos de alto nível se dá através das Instituições de Ensino Superior (IES) que sustentam com suas pesquisas o desenvolvimento de um país.

No Brasil, a organização que promove educação em nível superior é regulamentada por legislação federal, podendo ser pública ou privada e, de um modo geral, as instituições de ensino superior procuram através da educabilidade, manter o fundamentalismo e a obediência aos seus objetivos e princípios estatutários.

As instituições públicas são criadas e mantidas pelo poder público nas três esferas - federal, estadual e municipal - e respondem por cerca de 12% do total das vagas oferecidas na graduação presencial, distribuídas nas 236 entidades públicas.¹

As instituições privadas são criadas e mantidas como pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, e anualmente oferecem cerca de 2,6 milhões de vagas na graduação presencial, distribuídas nas 2016 entidades privadas.²

No período entre 1999 a 2008, o número de vagas, nos cursos de graduação presenciais, do setor de ensino superior privado no Brasil cresceu 290%³ e o público 57%. Esse fato ocorreu principalmente após a sanção, em 1996, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que regulamentou o processo da livre iniciativa do setor privado de educação, previsto no texto Constitucional desde 1988. A proliferação das instituições de ensino superior acirrou substancialmente a concorrência entre as organizações particulares de educação superior sem e com fins lucrativos, que passaram a possuir mais vagas do que alunos matriculados.

Em 2005, o Estado instituiu o Programa Universidade para Todos (ProUni), com a finalidade de conceder bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior, com ou sem fins lucrativos. O PROUNI proporcionou às instituições, a substituírem parte dos tributos federais por vagas oferecidas nos cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica (AZEVEDO, 2006).

As bolsas de estudo de que trata o programa são oferecidas, dentre outras, aos estudantes que tenham cursado o ensino médio completo em escola pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral. No ano de 2009, sem considerar os alunos da Educação de Jovens e Adultos, o número de alunos do terceiro ano do ensino médio era 2,3 milhões de jovens, sendo que, desse total, cerca de 78% dos alunos estavam cursando escolas públicas⁴.

O programa, não proporcionou impacto financeiro significativo para as instituições sem fins lucrativos, mas contribuiu para o incremento de rentabilidade

¹ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Sinopse estatística da educação superior 2008, Brasília, 2009.

² *Idem*

³ *Ibidem*

⁴ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Sinopse Estatística da Educação Básica, 2009, Brasília, 2010.

das entidades com fins lucrativos, uma vez que permitiu a redução de desembolsos, através da ocupação de vagas anteriormente ociosas em troca dos tributos devidos.⁵

A despeito da mudança de panorama no mercado educacional brasileiro, o ano de 2007 foi marcado pelas ofertas públicas iniciais de ações (IPO) na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), o que permitiu aos investidores, nacionais e estrangeiros, acesso a este importante setor da economia, que movimenta mais de 25 bilhões de reais anualmente.⁶

De um modo geral, qualquer que seja a natureza jurídica e tributária das entidades privadas, a criação de valor é o objetivo financeiro primordial, seja naquelas que visam maximizar o lucro para os seus acionistas ou naquelas que buscam o superávit para o reinvestimento nas atividades fim.

Segundo Resende (2003), todas as entidades que não tenham por escopo o lucro a ser distribuído entre seus associados se enquadram no gênero de organizações sociais de interesse coletivo, portanto, embora privadas, prestam serviços que deveriam ser oferecidos pelo poder público. Essas entidades existem para cooperarem com o estado, recebendo por tal motivo, benefícios tributários em compensação aos serviços prestados.

Assim, injusto é tributar a Universidade, mantida por pessoa jurídica de direito privado sem fins econômicos, que concede bolsas de estudo e ou executa projetos sociais de interesse coletivo (RESENDE, 2003).

Sendo assim, observando o contexto apresentado e ainda o fato de que poucos setores da economia brasileira passaram por um movimento de crescimento comparado ao do Ensino Superior Privado⁷, este estudo se propõe a elaborar uma análise comparativa acerca da Gestão das IES - Instituições de Ensino Superior, no que tange à sua característica de ser com e sem Fins Lucrativos, a partir de agregação de valor, dos indicadores de rentabilidade, liquidez e de endividamento.

A pesquisa será procedida através de uma averiguação comparativa da performance de uma instituição de educação de ensino superior com fins lucrativos, com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), e outra sem fins lucrativos, nos exercícios de 2007, 2008 e 2009. As instituições selecionadas

⁵ HOPER, Análise Setorial do Ensino Superior Privado, Paraná, 2009.

⁶ *Idem.*

⁷ *Ibidem.*

são originárias de Minas Gerais e com a maior representatividade no estado, em número de alunos, nos respectivos segmentos.

1.1 Definição do Problema

Em decorrência das entidades privadas (com e sem fins lucrativos) responderem por 88% do total de vagas ofertadas no ensino superior⁸ e possuírem o mesmo objetivo financeiro, mas com motivações distintas, tem-se estabelecido uma competitividade para minimizar as vagas ociosas nas IES. Confronta-se o interesse do acionista no retorno do capital investido nas entidades com fins lucrativos, com a obrigatoriedade de reinvestimento do superávit na atividade fim das entidades sem fins lucrativos.

O acirramento da concorrência exige que as IES privadas considerem os princípios de gerenciamento moderno, utilizando-se de metodologias apropriadas para a qualificação das estratégias e das finanças. Possuir uma estrutura de indicadores de desempenho financeiro é medida fundamental para que a organização atinja o objetivo estratégico. A IES privada que desprezar a profissionalização da gestão tende ao déficit e conseqüente encerramento ou transferência de sua operação para terceiros (ROCHA;GRANEMANN, 2003).

Assim, pretende-se, neste estudo, analisar a diferença de performances financeiras e econômicas entre as instituições de ensino superior com e sem fins lucrativos.

A razão principal para uma entidade privada definir sua natureza jurídica e a destinação dos seus resultados são seus objetivos filosóficos (OLAK e NASCIMENTO, 2006). Nesse sentido, este estudo científico poderá contribuir para o discernimento das instituições sem fins lucrativos, quanto ao abandono da natureza de isento e imune, para contribuinte tributário (com fins lucrativos), sem a obrigatoriedade de reinvestir seus resultados financeiros na própria entidade. Esta característica pode ser observada pelo Gráfico 1, onde se verifica que o percentual de IES, sem fins lucrativos, é menor em 2008 do que em 1999, em relação ao total de entidades particulares.

⁸ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Sinopse estatística da educação superior 2008, Brasília, 2009.

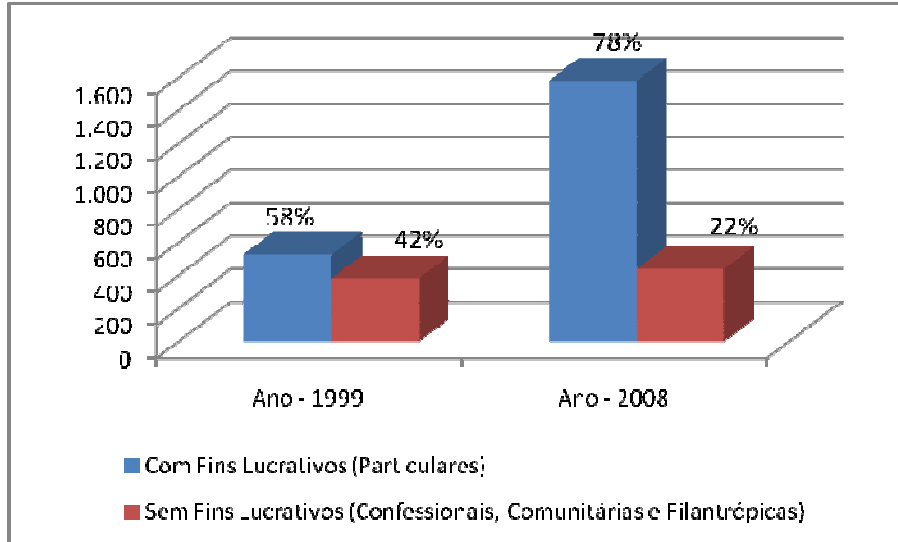


Gráfico 01 – Distribuição percentual de IES com e sem fins lucrativos.
 Fonte: Próprio autor, segundo dados do INEP.

Além disso, outra contribuição deste estudo é demonstrar a aplicabilidade na profissionalização da gestão, a partir de agregação de valor, dos indicadores de rentabilidade, liquidez e de endividamento. Por características legais, pressupõe-se que as instituições não filantrópicas possuem um ônus de gasto financeiro superior ao das filantrópicas. Paradoxalmente, os resultados alcançados são distintos, independente destas instituições serem contribuintes tributárias ou não.

Os dados destas instituições, por exigência legal, são públicos e serão coletados, para a com fins lucrativos, na base de dados disponibilizados no site da BOVESPA e, para a sem fins lucrativos, através do arquivo do jornal impresso, no qual a instituição publicou seus demonstrativos contábeis e informações complementares.

1.2 Objetivo

Na busca da resposta ao problema, procura-se identificar os reflexos financeiros produzidos pela opção das Instituições Privadas de Ensino Superior, serem com ou sem fins lucrativos.

1.2.1 Objetivos Específicos

- Apurar os indicadores financeiros de liquidez, rentabilidade e de endividamento.
- Analisar os efeitos da natureza financeira do resultado sobre os indicadores apurados.
- Identificar uma possível influência da destinação do resultado financeiro como vantagem competitiva.

1.3 Justificativa

As instituições de educação precisam ser tão empreendedoras e inovadoras quanto qualquer negócio. A rapidez das mudanças na sociedade de hoje, na tecnologia e na economia constituem, ao mesmo tempo, ameaça e oportunidade ainda maior (DRUCKER, 2003).

Sendo assim, os movimentos que compõem o cenário das IES privadas no desenvolvimento do tema estão fundamentados em alguns princípios:

- vertiginoso crescimento do número de IES privadas;
- transformação de diversas IES sem fins lucrativos em IES com fins lucrativos;
- negociações de fusão e incorporação ocorridas no mercado educacional das IES;
- incremento das negociações das ações de IES na BOVESPA;
- disparidade de resultados das instituições educacionais, com e sem fins lucrativos, verificada nos demonstrativos financeiros publicados;
- os reflexos financeiros da permuta de incentivos fiscais por vagas ociosas na graduação das IES, resultante da adesão ao PROUNI;
- histórico imperativo, tradicional e de extrema visibilidade destas instituições no campo da educação e sua necessidade de sustentabilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No estudo científico das Instituições de Ensino Superior é necessário e relevante o discernimento de aspectos de caracterização, em função da diversidade de classificações e interpretações destas organizações, seja pela estrutura educacional ou pela estrutura tributária. A partir desse contexto, a performance econômica e financeira será enfocada como partícipe do processo de avaliação institucional.

2.1 As Instituições de Ensino Superior

As Instituições de Ensino Superior têm sido matéria de interesse de pesquisadores ao longo do tempo. A busca da qualidade na educação, frente às transformações econômicas mundiais, reflete-se em diversos aspectos, o que Rios (2005) descreve como qualidade totalizante, abrangente e multidimensional que possuem raízes sociais e históricas que emergem de realidades específicas e de um contexto concreto.

A qualidade no desenvolvimento da função educacional, conforme Enguita (1995), mobiliza professores, contribuintes, empregadores e alunos com interesses que passam por: melhores salários, mais recursos, mesmo resultado educacional com menor custo, força de trabalho estruturada e organizada, maior liberdade e mais conexão com seus objetivos.

A diversidade de interesses que circundam o Ensino Superior estrutura-se no eixo educacional que, segundo Consolaro (2005), objetiva uma formação integral do ser humano com visão múltipla do universo e cultivo de ideias gerais e humanísticas na constante busca da verdade.

Para melhor compreender estruturação do Ensino Superior e seus reflexos nos indicadores financeiros, este item é dividido em duas partes: a primeira descreve o histórico das Instituições de Ensino Superior no Brasil e a segunda descreve como funciona a organização das Instituições Educacionais Privadas de Ensino Superior.

2.1.1 Origem das Instituições de Ensino Superior no Brasil

Diversos fatos históricos são apontados como relevantes para compreensão do atual cenário das Instituições de Ensino Superior. Cunha (2003) destaca que houve uma ausência de incentivo da Metrópole Portuguesa, nos primórdios da Colonização Brasileira, para a criação de universidades. No seu lugar eram concedidas bolsas, para que parte de filhos de colonos fossem estudar em Coimbra. Permitia-se apenas que estabelecimentos escolares Jesuítas oferecessem cursos superiores de Filosofia e Teologia, sendo o primeiro fundado na Bahia, sede do Governo Geral, em 1550, fundamentados segundo Pestana (2003) no *Ratio Studiorum*, livro que reunia a metodologia pedagógica dos precursores religiosos.

Depois de ter sido clerical, a partir de 1808 com autorização do Príncipe Regente, o Ensino Superior tornou-se todo estatal e desenvolveu-se pela multiplicação de cátedras isoladas voltadas para a formação profissional, sendo de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, e, dois anos depois, de Engenharia na Academia Militar do Rio de Janeiro (CUNHA, 2003). O ensino centrava no professor, que com seus próprios meios, ensinava seus alunos em locais improvisados.

No período imperial (1822-1889) o ensino superior ganhou mais densidade com a unificação de cátedras, que viraram academias como a de Medicina no Rio de Janeiro e da Bahia, em 1813; a de Engenharia Civil em 1874 no Rio de Janeiro e a escola de Minas em Ouro Preto, em 1875.

Os conflitos ideológicos após a Proclamação da República em 1889, presentes na constituição de 1891, foram marcados pelo processo de ampliação e diferenciação da estrutura pública e privada. As reformas educacionais, a partir de então, criaram a equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário e superior ao Ginásio Nacional e às faculdades mantidas pelo governo federal. Desta forma os secundaristas privados também poderiam se inscrever em qualquer curso superior do país e as escolas superiores privadas, que se submetessem a fiscalização do governo, poderiam outorgar diplomas para o exercício de profissões regulamentadas, conforme Cunha (2003).

Esse autor esclarece que o resultado dessas medidas provocou uma grande expansão do ensino superior, uma vez que as escolas superiores passaram a ser criadas pelos estados e por particulares, sem qualquer fiscalização por parte do governo federal. Induzidos pela ideologia do bacharelismo, jovens buscavam

obter um diploma superior que à época instrumentalizava a distinção de classes sociais.

O Decreto 5.616, promulgado em 28 de novembro de 1928, vedou a criação de universidades privadas, passando a exigir que os governos estaduais deliberassem quanto à criação desse tipo de estabelecimento.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, garantiu a equivalência de todos os cursos de grau médio ao secundário, aumentando a demanda pelos cursos superiores; bem como a federalização de faculdades estaduais e privadas, reunindo-as em seguida, em universidades.

A Lei 5.540 de 1968 determinou que a universidade fosse a forma de excelência da educação superior, denominando as demais IES de excepcionais e transitórias. A Universidade se tornou um atrativo, em especial pela capacidade de criar ou extinguir cursos, assim como determinar o número de vagas em cada um deles, conforma a demanda (CUNHA, 2003).

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, afirmou no artigo 209 que a educação é livre à iniciativa privada, desde que atenda as normas gerais da educação nacional. A sanção da Lei 9.394 de 1996 regulamentou o processo da livre iniciativa do setor privado no ensino superior ao estabelecer a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

As IES, validadas por norma legal, tornaram-se caracterizadas por sua produção científica e por fixação de regras na qualificação do seu corpo técnico, podendo especializar-se por campo do saber. Rocha e Granemann (2003) apontam que estas regras e a implantação do Exame Nacional de Cursos e as Avaliações das Condições de Ensino, nos meados da década de 90, foram determinantes para que as entidades educacionais de ensino superior privado fossem obrigadas a ofertar os serviços educacionais de qualidade. Segundo os autores, estas medidas fizeram com que: a estrutura de custos destas entidades se tornasse mais onerosa; aumentando as despesas com acervo bibliográfico, incremento de custos com materiais, informática e laboratórios e, principalmente, com o corpo docente.

No período de 1999 a 2007, a flexibilização da normatização para abertura de cursos e instituições, a permissão que estas entidades fossem constituídas enquanto empresas com finalidades lucrativas conforme descreve o Decreto 2.306/97, a universalização do ensino fundamental, o crescimento do ensino médio e a existência de uma enorme demanda reprimida, resultou no vertiginoso

crescimento da quantidade de IES e de vagas oferecidas na graduação presencial⁹ (Tabela 01).

TABELA 01
Variação das IES Privadas e n.^o de vagas e ociosidade entre 1999 e 2007

IES - Privadas	Ano - 1999			Ano - 2007			Variação Número de IES	Variação Número de Vagas Oferecidas	Variação Número de Vagas Ociosas
	Número de IES	Número de Vagas Oferecidas	Número de Vagas Ociosas	Número de IES	Número de Vagas Oferecidas	Número de Vagas Ociosas			
Universidades	83	373.393	75.672	87	989.457	526.262	4,82%	164,99%	595,45%
Centros Universitários	39	90.871	24.811	116	440.836	233.214	197,44%	385,12%	839,96%
Faculdades, Faculdades Integradas e de Tecnologia e Centro de Educação Tecnológica	783	211.537	41.767	1829	1.064.389	551.742	133,59%	403,17%	1221,00%
Total	905	675.801	142.250	2.032	2.494.682	1.311.218	124,53%	269,14%	821,77%

Fonte: Próprio autor, segundo dados do INEP.

Em 2008 conforme dados INEP (Tabela 02), o número de vagas ofertadas nos cursos presenciais de graduação das IES privadas aumentou (5,5%) e o número total de entidades reduziu (-0,8%), em relação a 2007. Verifica-se, ainda, um aumento de ociosidade em relação ao total de vagas ofertadas de 2007 (52%) para 2008 (55%).

TABELA 02
Número de IES Privadas e Vagas Oferecidas e Ociosas na Graduação Presencial

IES - Privadas	Ano - 2008		
	Número de IES	Número de Vagas Oferecidas	Número de Vagas Ociosas
Universidades	86	1.028.195	575.524
Centros Universitários	119	479.751	268.574
Faculdades	1.811	1.133.153	598.495
Total	2.016	2.641.099	1.442.593

Fonte: Próprio autor, segundo dados do INEP

⁹ HOPER, Análise Setorial do Ensino Superior Privado, Paraná, 2009.

O crescimento da oferta de cursos e a competitividade do setor reduziram o valor da mensalidade, conforme demonstrado no Gráfico 02.

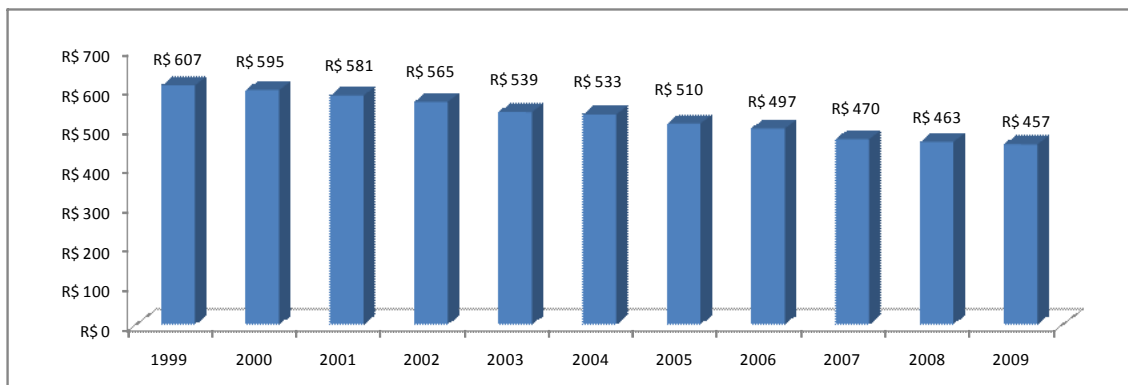


Gráfico 02 – Evolução do Valor Médio de Mensalidades da Graduação das IES Nacionais Privadas.
Fonte: Próprio autor, segundo dados da Hoper Estudos de Mercado.

O aumento do número de vagas ofertadas nas IES Privadas nos últimos anos não se refletiu no resultado financeiro, acirrando a concorrência e conduzindo a instituição de ensino superior no foco de criação de valor (ROCHA e GRANEMANN, 2003).

O mercado educacional passou a exigir escala e a diluição dos custos fixos tornou-se o foco da ampliação da remuneração do capital, da continuidade das atividades e do cumprimento dos propósitos institucionais. As IES tiveram que cobrar mensalidades compatíveis com custos e com a demanda, representada pela crescente classe média trabalhadora, cujo preço é relevante na hora da opção pela escola (WAHL, 2008).

A instituição do Programa Universidade para Todos - PROUNI, em 2005, proporcionou à entidade, com ou sem fins lucrativos, que aderir e cumprir as regras do programa, a não recolher as contribuições e impostos, sobre a receita ou o resultado positivo da exploração (AZEVEDO; SENNE, 2006). A isenção restringe-se às atividades provenientes da graduação e cursos seqüenciais de formação específica, durante o período de vigência do termo de adesão.

O lançamento de ações no mercado primário da Bovespa foi a estratégia de capitalização para investimento no crescimento, a partir de 2007, de quatro grandes grupos educacionais (Kroton, Estácio de Sá, Anhanguera e o Sistema Educacional Brasileiro – SEB) com participação total no mercado (*market share*) de

20% (Tabela 03). Em 13 de março de 2010, o grupo Kroton adquiriu a totalidade do capital social da IUNI Educacional LTDA.

TABELA 03
Market Share de oito IES Privadas.

Ensino Superior Privado	Receita Líquida em Milhões (2008)	Participação no Faturamento no Setor de Ensino Superior Privado	Estimativa Atual de Alunos na Graduação Presencial	Participação no Mercado (Market Share)
Total do Setor	R\$ 24.100	100%	3.900	100%
1 Di Gênio (UNIP + holding de 41 faculdades)	R\$ 1.012	4,2%	197	5,1%
2 Estácio Participações	R\$ 980	4,1%	207	5,3%
3 Anhanguera Educacional	R\$ 654	2,7%	130	3,3%
4 Laureate International	R\$ 425	1,8%	73	1,9%
5 Universidade Nove de Julho - Uninove	R\$ 366	1,5%	92	2,4%
6 SEB	R\$ 289	1,2%	9	0,2%
7 IUNI EDUCACIONAL	R\$ 284	1,2%	46	1,2%
8 Kroton	R\$ 280	1,2%	43	1,1%
Total	R\$ 4.290	17,9%	797	20,5%

Fonte: Próprio autor, segundo dados da BOVESPA e HOPER.

Este trabalho tem como foco o estudo comparativo das instituições privadas, com e sem fins lucrativos, utilizando as entidades públicas de ensino superior para contextualização do mercado, ou seja, não serão analisadas as entidades criadas, incorporadas, mantidas e administradas pelo poder público, podendo ser: federal, estadual ou municipal.

2.1.2 Modelo de IES no Brasil

A estrutura das Instituições de Ensino Superior Brasileiras é expressa por força legal. O Decreto n. 5.773 de 09 de maio de 2006 (BRASIL, 2006) dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino.

As IES são credenciadas originalmente com a estrutura acadêmica de faculdades e de acordo com sua organização, atendimento à normatização acadêmica e comprovação de funcionamento regular com padrão satisfatório de qualidade, pode pleitear o enquadramento como centro universitário ou universidade.

O decreto reafirma que a educação superior é livre à iniciativa privada, observadas as normas gerais da educação nacional e mediante autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público. As funções de regulação, supervisão e avaliação são exercidas pelo: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação - CNE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES.

O funcionamento de instituição de educação superior e a oferta de curso superior dependem de ato autorizativo do Poder Público. São modalidades de atos autorizativos: credenciamento e credenciamento de IES; autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como suas respectivas modificações. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, têm prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação.

O Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI é o documento base para Credenciamento e Recredenciamento de IES. Este deverá conter, dentre outros documentos de cunho acadêmico, o demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras.

As universidades e centros universitários, nos limites de sua autonomia, independem de autorização para funcionamento de curso superior, devendo informar à secretaria competente os cursos abertos para fins de supervisão. A oferta de cursos superiores em faculdade ou instituição equiparada, nos termos da legislação, depende de autorização do Ministério da Educação.

De um modo geral as universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam pela produção intelectual institucionalizada, pela manutenção de no mínimo um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e, ainda, um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Segundo Cunha (2003) o ensino superior Brasileiro revela dois grandes movimentos de conflitos quanto ao quadro institucional legal, sendo um deles,¹⁰ a diferenciação entre as instituições privadas. Observa-se que estas entidades,

¹⁰ O outro é a profunda e conflituosa convivência entre autonomia e o financiamento das universidades federais.

mantidas e administradas, por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, podem ser: particular em sentido estrito, comunitária, confessional ou filantrópica.

As IES privadas fazem parte do Sistema Federal de Educação Superior, sendo, portanto, supervisionadas pelo poder público federal. Independente da forma de credenciamento, entre os modelos estruturais, as Instituições de Ensino Superior alinham seus objetivos institucionais com suas características tributárias (OLAK e NASCIMENTO, 2006).

2.2 Os tributos e a finalidade lucrativa

O Código Tributário Nacional, disposto pela Lei 5.172 de 1966, define tributo como toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua penalidade de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

O estado quando concede, em relação aos tributos, imunidade ou isenção à pessoa jurídica de direito privado não está fazendo nenhum favor ao particular. Ocorre justamente o contrário, o particular favorece o poder público, ao prestar serviços que substitui o dever e o desembolso direto de recursos por parte do estado. Assim, injusto é tributar aquele que auxilia o estado no atendimento de serviços de interesse coletivo, como fazem a maioria das entidades sem fins lucrativos (RESENDE, 2003).

Oliveira (2001) esclarece que cada tributo tem seu próprio campo de incidência, que inclui a isenção e a alíquota zero, o que está fora do mesmo é o caso de não incidência (Figura 01).

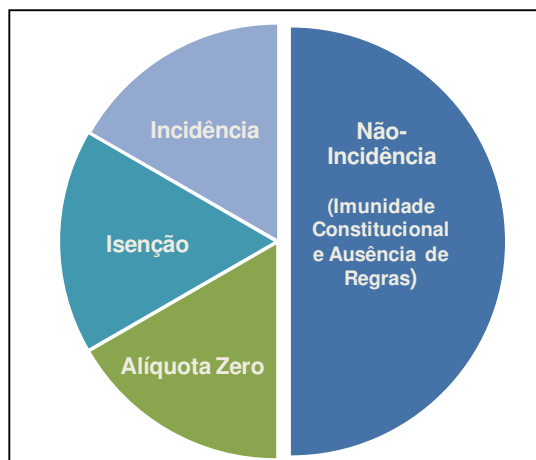


Figura 01 – Círculo Mnemônico do Tributo
 Fonte: Adaptado de Oliveira, 2001, p. 161 .

A natureza jurídica específica do tributo é determinada, segundo Azevedo e Senne (2006), pelo fato gerador da respectiva obrigação, qualquer que seja a característica formal da entidade e a destinação legal do produto ou serviço. Sendo assim, o fato gerador para as entidades sem fins lucrativos, é eliminado do campo da incidência por força de imunidade ou dispensado de recolhimento por isenção.

Higuchi (2007) destaca que ocorre certa confusão na distinção entre pessoa jurídica imune e pessoa jurídica isenta. A diferença é que a imunidade está prevista na Constituição Federal, retirando a operação do campo da incidência, enquanto a isenção é concedida por lei, dispensando o desembolso com o pagamento. Azevedo e Senne (2006) afirmam ainda que se diferencia da imunidade e da isenção, a não incidência, que é a ausência de regra jurídica sobre determinado fato. Oliveira (2001) esclarece que se encontra no campo da incidência a alíquota zero, semelhante à isenção. Diferenciando-se de que, neste, o tributo é deixado de ser recolhido não porque a lei dispensou (isenção), mas porque o saldo a pagar é zero é resultado da aplicação de um valor nulo sobre o fato gerador.

Ataliba (2001), afirma que o direito tributário se forma em torno do conceito de tributo para responder às questões como: quem deve pagar, quanto e a quem. O critério jurídico de classificação dos tributos está na consistência do aspecto material da hipótese de incidência, que os situa na categoria de vinculados (contribuições e taxas) e não vinculados (impostos).

Para Drucker (2003) a política tributária, tem real importância por seu impacto sobre o comportamento e como símbolo dos valores e prioridades na sociedade. As escolas, universidades, associações e organizações comunitárias e beneficentes, dentre outras entidades, precisam ser inovadoras e empreendedoras. Por certo, toda instituição de serviço gosta de ficar maior. Na ausência de objetivação do lucro, tamanho é o único critério de sucesso para uma instituição de serviços, e crescimento, uma meta em si mesma. Para tanto a formação de capital deve ser encorajada pela legislação tributária.

Olak e Nascimento (2006) destacam que as entidades sem fins lucrativos podem gerar recursos para manutenção e continuidade das suas atividades, inclusive através da prestação de serviços ou de comércio. A lucratividade, considerada como o excedente de receitas sobre os custos e despesas, é uma questão de sobrevivência para qualquer tipo de entidade, com e sem fins lucrativos.

Assaf Neto (2003) considera que o lucro operacional é o resultado da entidade, oriundo dos esforços desenvolvidos para cumprimento de seu objeto social, e reflete o efetivo valor gerado pelos ativos da empresa, independente da maneira como estas operações foram financiadas. Olak e Nascimento (2006) esclarecem que a peculiaridade do objetivo é que distingue uma Entidade Com Fins Lucrativos (ECFL) de uma Entidade Sem Fins Lucrativos (ESFL). O foco na ECFL é a satisfação de seus consumidores, aliado, a uma margem de lucro. Nas ESFL é a transformação humana, através de mudanças sociais (Figura 02).



Figura 02 – Diferença entre os objetivos da ESFL e das ECFL
 Fonte: Adaptado de Olak e Nascimento, 2006, p. 8.

A definição do objeto de uma organização, formal ou informal, exerce a função orientadora e delimitadora da ação dos seus gestores. Evidencia o que a entidade é e, o que pretende ser no futuro; limitando seus empreendimentos e distinguindo-a de outras organizações, conforme descreve Olak e Nascimento (2006).

2.2.1 Imunidade, isenção e Tributos nas IES

A Constituição Federal de 1988, concede às entidades de educação sem fins lucrativos que atendam às exigências estabelecidas em lei, a imunidade, sobre o patrimônio, a renda e os serviços, através do artigo 150, e a isenção de contribuições para a seguridade social, nos termos do artigo 195.

Os estabelecimentos particulares de ensino, segundo Carvalho (2008), usufruíram até 1996 da imunidade tributária sobre a renda, os serviços e o patrimônio. Somente com o advento do artigo 20 da Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que estas instituições privadas com objeto social de ensino superior foram subdivididas dentro do próprio segmento privado.

Cunha (2003) destaca que as ESFL de ensino superior procuraram construir sua identidade com base no princípio de que seu patrimônio pertence a uma “comunidade”, sem depender de famílias, de empresas, grupos com interesses econômicos e sem distribuí-lo sob qualquer critério, diferenciando das ECFL de ensino superior que ao se fortalecer institucionalmente, proporciona maiores rendimentos, dividendos, bonificações e participações ou parcelas de patrimônio aos seus sócios e investidores.

O Decreto n.º 2.306 de 1997, suprimiu a imunidade fiscal das entidades mantenedoras de entidades educacionais que desejassem optar pelo regime mercantil das sociedades com fins lucrativos. As instituições privadas de ensino, classificadas como particulares em sentido estrito puderam adotar a finalidade lucrativa, ainda que de natureza civil, e ficaram submetidas à aplicabilidade da tributação. (CUNHA, 2003)

Em decorrência da alteração da forma jurídica para ECFL, as prestadoras de serviços de ensino superior passam a contribuir com o Imposto Sobre Serviços – ISS aplicáveis às demais entidades de educação, a partir do Município em que estão estabelecidas à alíquota máxima de 5%, nos termos da Lei Complementar n.º

116/2003. Segundo Gonçalves (2006), não existem critérios objetivos na legislação, que demonstrem que as IES possuam maior riqueza, capacidade econômica, que os prestadores de serviços de ensino pré-escolar, fundamental ou médio, afastando a presença de correlação lógica a qualquer fato econômico que permita uma tributação diferenciada.

A partir deste momento, as instituições de ensino passaram a ser classificadas como privadas lucrativas, que não dependem dos recursos públicos e incentivos fiscais, e as privadas sem fins lucrativos (confessionais, comunitárias e filantrópicas) que permaneceram imunes ou isentas à incidência tributária, desde que sejam cumpridos os dispositivos legais, na esfera municipal, estadual e federal.

De um modo geral, a mantenedora de instituição privada de ensino superior, comunitária, confessional, filantrópica ou constituída como fundação, que não optou pela finalidade de lucro, permaneceu, nos termos do artigo 7.^o da Lei 9.131/95 alterado pela Lei 9.870/99 e do artigo 14 do Código Tributário Nacional, restrita quanto à distribuição qualquer parcela de seu patrimônio; fica obrigada a aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos e fica também responsável pela formalidade da escrituração de suas receitas e despesas em livros capazes de assegurar sua exatidão.

As ESFL de educação, têm como peculiaridade a imunidade dos impostos federais, por princípio constitucional, e a isenção das contribuições sociais em troca da concessão de vagas nas suas unidades, no percentual mínimo de 20% da receita auferida, podendo inclusive se abster, desde que cumpridos os requisitos legais, de recolher a Contribuição Previdenciária sobre a folha de pagamento e sobre a prestação de serviços de terceiros, seja pessoa física ou cooperativa, desde que possua o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, concedido de acordo com a LEI 8.212/91, Lei 12.101/2009 e do Decreto 7.237/2010. A contribuição social para o Programa de Integração Social – PIS da ESFL é apurada à alíquota de 1% sobre a folha de pagamento nos termos da no art. 13 da MP nº 1.858-6, de 1999, e reedições.

A ECFL de educação possui uma carga tributária federal (Tabela 04) que incide sobre o lucro da exploração, sobre a receita auferida e sobre a folha de pagamento de seus funcionários e prestadores de serviços.

A tributação das ECFL de ensino superior pode ser com base no lucro real, que confronta de receitas e despesas, lucro presumido com a presunção do resultado, lucro arbitrado estipulado pelo fisco ou pelo contribuinte na forma da lei, ou, pelo SIMPLES, que aglutina os tributos federais. Qualquer pessoa jurídica, por menor que seja, pode optar pela tributação com base no lucro real, sendo que a opção pela tributação pelos SIMPLES ou pelo lucro presumido nem sempre é possível em razão do montante da receita, atividade ou condição da pessoa jurídica (HIGUCHI, 2007).

Tabela 04
Tributos incidentes sobre as IES com fins e sem fins lucrativos.

Tributo	Base de Cálculo	IES Com Fins Lucrativos (Alíquota de Incidência)	IES Sem Fins Lucrativos (Alíquota de Incidência)	
			Não Certificada	Certificada
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	Lucro da Exploração	15,00%	Não Incidência	Não Incidência
AIRPJ - Adicional do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	Lucro da Exploração da Parcela do Lucro que exceder R\$ 20 mil mensais	10,00%	Não Incidência	Não Incidência
CSSL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Lucro da Exploração	9,00%	Isenção	Isenção
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	Receitas da atividade de prestação de serviços de educação (Atividade Própria)	3,00%	3,00%	Isenção
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	Receitas de Atividades não relacionadas ao ensino	7,60%	7,60%	Isenção
PIS - Programa de Integração Social	Receitas da atividade de prestação de serviços de educação (Atividade Própria)	0,65%	1% da Folha de Pagamento	1% da Folha de Pagamento
PIS - Programa de Integração Social	Receitas de Atividades não relacionadas ao ensino	1,65%	Isenção	Isenção
Terceiros - Fundo de Previdência e Assistência Social - FPAS	Folha de Pagamento	4,50%	4,50%	Isenção
RAT - Riscos Ambientais do Trabalho	Folha de Pagamento	1% a 3%	1% a 3%	Isenção
Contribuição Previdenciária	Folha de Pagamento	20,00%	20,00%	Isenção
Contribuição Previdenciária	Serviços Prestados por Pessoas Físicas	20,00%	20,00%	Isenção
Contribuição Previdenciária	Serviços Prestados por Cooperativas	15,00%	15,00%	Isenção

Fonte: Próprio autor, segundo Legislação Federal.

As entidades com fins lucrativos com receita bruta total superior a R\$ 48 milhões de reais, no ano anterior, estão obrigadas a apurar o resultado da exploração de acordo com o lucro real, ajustado pelas adições e exclusões ou compensações, nos termos do artigo 246 do Decreto 3.000/1999, artigo 46 da Lei 10.637/02, artigo 4 da Lei 9.964/00, artigo 22 da Medida Provisória 472/09 e Instruções Normativas 25/99 e 16/01.

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, o Adicional do Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são apurados nos termos do Decreto 3.000/99, Decreto 6.180/07, Lei 9.430/96, Lei 10.637/02 e Lei 10.684/03.

As contribuições sociais para o Programa de Integração Social – PIS e para a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, das ECFL são apuradas nos termos da Lei 10.637/02, Lei 10.684/03, Lei 10.833/03 e Lei 10.865/04.

2.2.2 O Programa Universidade Para Todos e os Tributos

O Programa Universidade para Todos (Prouni), estabeleceu através da Lei 11.096/2005, regulamentada pelo Decreto 5.493/2005, isenção de determinados tributos federais a instituições de ensino superior, com e sem fins lucrativos, desde que estas entidades concedam bolsas de estudos integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação e seqüenciais de formação específica (HIGUCHI, 2007).

A isenção dos tributos, concedida nos termos da Lei 11.096/2005 e da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 456, de 5 de outubro de 2004, para as IES que aderiram ao PROUNI são: o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas; a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, instituída pela Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988; a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social - COFINS, instituída pela Lei Complementar n.º 70 de 30 de dezembro de 1991; e a Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, instituída pela Lei Complementar n.º 7 de 7 de setembro de 1970. As isenções mencionadas recaem sobre o valor da receita auferida em decorrência da realização de atividades de ensino superior, provenientes de curso de graduação e cursos seqüenciais de formação específica.

A Tabela 05 diferencia as entidades, com e sem fins lucrativos, quanto à incidência dos tributos federais, considerando as influências do PROUNI e a tributação das entidades com fins lucrativos.

TABELA 05

Tributos incidentes sobre as IES com fins e sem fins lucrativos com Adesão ao PROUNI.

Tributo	Base de Cálculo	IES Com Fins Lucrativos (Alíquota de Incidência) - com Adesão ao PROUNI	IES Sem Fins Lucrativos com Adesão ao PROUNI	
			Não Certificada	Certificada
IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	Lucro da Exploração	Isenção - Serviços de Graduação e sequenciais de formação específica	Não Incidência	Não Incidência
AIRPJ - Adicional do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	Lucro da Exploração da Parcela do Lucro que exceder R\$ 20 mil mensais	Isenção - Serviços de Graduação e sequenciais de formação específica	Não Incidência	Não Incidência
CSLL - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Lucro da Exploração	Isenção - Serviços de Graduação e sequenciais de formação específica	Isenção	Isenção
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	Receitas da atividade de prestação de serviços de educação (Atividade Própria)	Isenção - Serviços de Graduação e sequenciais de formação específica	Isenção - Serviços de Graduação e sequenciais de formação específica	Isenção
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	Receitas de Atividades não relacionadas ao ensino	7,60%	7,60%	Isenção
PIS - Programa de Integração Social	Receitas da atividade de prestação de serviços de educação (Atividade Própria)	Isenção - Serviços de Graduação e sequenciais de formação específica	Isenção	1% da Folha de Pagamento
PIS - Programa de Integração Social	Receitas de Atividades não relacionadas ao ensino	1,65%	Isenção	Isenção
Terceiros - Fundo de Previdência e Assistência Social - FPAS	Folha de Pagamento	4,50%	4,50%	Isenção
RAT - Riscos Ambientais do Trabalho	Folha de Pagamento	1% a 3%	1% a 3%	Isenção
Contribuição Previdenciária	Folha de Pagamento	20,00%	20,00%	Isenção
Contribuição Previdenciária	Serviços Prestados por Pessoas Físicas	20,00%	20,00%	Isenção
Contribuição Previdenciária	Serviços Prestados por Cooperativas	15,00%	15,00%	Isenção

Fonte: Próprio autor, segundo Legislação Federal.

As instituições de ensino superior sem fins lucrativos, certificadas como beneficentes, tiveram como benefício principal, com o advento da legislação do PROUNI, a opção de considerar como base de cálculo da filantropia as mensalidades efetivamente recebidas (regime de caixa), em substituição ao regime de competência que vigorava anteriormente.

Nesta dissertação, são feitas comparações dos indicadores financeiros, descritos a seguir, proporcionarão a avaliação da influência da isenção, da imunidade e dos tributos sobre o resultado.

2.3 Indicadores Econômicos Financeiros

A análise dos demonstrativos financeiros se fundamenta no estudo do desempenho econômico e financeiro de uma instituição em determinado período pretérito, visando diagnosticar, por consequência sua posição atual e sua tendência futura. Desta forma procura-se, através dos indicadores, avaliar os reflexos das decisões tomadas por uma determinada instituição sobre sua liquidez, patrimônio e rentabilidade (NETO, 2003). Entendimento compartilhado por Damodaran (2009) que afirma que estes demonstrativos continuam sendo a principal fonte de informação para a maioria dos investidores e analistas, consideradas as necessárias adequações financeiras às contábeis, na mensuração da lucratividade e na natureza e valor dos ativos.

Matarazzo (1998) afirma que não existe uma proporcionalidade direta entre a quantidade de índices e a qualidade das informações geradas, uma vez que, o grau de profundidade da análise e o conjunto de indicadores que a compõe dependem exclusivamente da utilidade destes perante os objetivos de seus usuários.

Segundo Gitman (2004) os dados necessários para uma análise financeira adequada incluem a Demonstração de Resultado do Exercício e o Balanço Patrimonial e são extremamente importantes para diversos grupos que necessitam regularmente construir medidas relativas da eficiência operacional da empresa.

Gitman (2004) complementa que a análise de índices deve ultrapassar o cálculo matemático e culminar com a interpretação de valores desse índice. Uma base relevante de comparação é necessária para que os usuários das informações possam acompanhar o desempenho da instituição de períodos em períodos, identificando desta forma se eventual resultado apurado é bom ou ruim.

Os desafios e limitações da análise financeira prendem-se basicamente à diversidade de metodologias adotadas na contabilidade das entidades, até dentro do mesmo setor, e na própria natureza estritamente financeira das indagações implícitas no processamento contábil (IUDICIBUS; MARION, 2000).

Para melhor compreensão do significado dos indicadores econômicos e financeiros, visando estabelecer melhor metodologia de avaliação dos demonstrativos financeiros das organizações, os indicadores básicos de análise estão classificados em três grupos: liquidez, estrutura de capitais e rentabilidade.

2.3.1 Análise de Liquidez

A análise da liquidez é um dos tópicos mais destacados nos estudos científicos de finanças na verificação do equilíbrio financeiro de uma entidade. Os indicadores de liquidez visam medir a capacidade de pagamento de uma entidade (NETO, 2003). Para Gitman (2004) os ativos líquidos de uma entidade são medidos por sua capacidade de cumprir as obrigações de curto prazo à medida que vencem, correspondendo à solvência da posição financeira geral da entidade.

Os autores Iudícibus e Marion (2000) afirmam que é muito importante associar os vários quocientes de liquidez entre si, para avaliar a situação de solvência de uma instituição.

Matarazzo (1998) sintetiza que os indicadores de liquidez demonstram a base da situação financeira da entidade ao confrontar os ativos com as dívidas e, Gitman (2004) complementa que, a liquidez de uma entidade é medida por sua capacidade de cumprir com as obrigações assim que estas vencem, correspondendo à sua solvência.

Iudícibus e Marion (2000) defendem que a entidade não pode correr risco de não contar com disponibilidades, quando as dívidas vencem, devendo manter um limite de segurança na relação de Recursos Disponíveis e o Passivo Circulante:

$$\text{Índice de Liquidez Imediata} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Observando que Passivo Circulante são obrigações a serem liquidadas no decurso normal do ciclo operacional, até 12 meses após a data do balanço, sendo que a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo antes do término do exercício social seguinte.

Gitman (2004) destaca que o índice de liquidez corrente é um dos mais utilizados para medir risco, por mensurar a capacidade da entidade de saldar suas obrigações de curto prazo:

$$\text{Índice de Liquidez Corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Sendo que o Ativo Circulante é representado por bens e direitos mantidos com o propósito de ser negociado no decurso normal do ciclo operacional, até 12 meses após a data do balanço ou representado por recurso em caixa ou equivalente sem vedação de utilização neste período.

Matarazzo (1998) afirma que é possível conhecer através do Índice de Liquidez Geral, se os valores do Ativo Circulante somados aos valores a receber após o término do exercício social seguinte são ou não suficientes para proporcionar boa base financeira perante o conjunto de obrigações:

$$\text{Índice de Liquidez Geral} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

A terminologia de longo prazo define ações que ocorrem após o exercício social seguinte, podendo ser realizável quando se referir a ativos e exigível quando se referir a obrigações.

2.3.2 Análise de Endividamento

O endividamento de uma instituição é calculado através da relação de várias fontes de fundos entre si, procurando retratar a posição de capital próprio com relação ao capital de terceiros. Estes são quocientes de muita importância, pois

indicam a relação de dependência da entidade em relação ao Capital de Terceiros (IUDICIBUS;MARION, 2000).

Para Gitman (2004) quanto mais capital de terceiros é usado pela organização em relação a seus ativos totais, maior sua alavancagem financeira, isto é, a ampliação do risco e do retorno inserido pelo uso do financiamento a custo fixo, ou seja, a utilização de capital de terceiros trás mais risco, bem como um retorno potencialmente mais elevado.

A afirmativa é complementada por Iudícibus e Marion (2000), que destacam que a participação de capital de terceiros, no longo prazo, sobre o ativo total deve ser confrontada com a respectiva despesa financeira sobre o endividamento, uma vez que estas afetam diretamente a rentabilidade da entidade.

Segundo Assaf Neto (2003) os indicadores de endividamento fornecem ainda, elementos para avaliar o grau de comprometimento financeiro de uma organização perante seus credores, e sua capacidade de cumprir os compromissos financeiros de longo prazo.

Gitman (2004) afirma que o índice de endividamento geral mede a proporção de ativos que são financiados pelos credores da entidade, apurados da seguinte forma:

$$\text{Índice de Endividamento Geral} = \frac{\text{Passivo Exigível Total}}{\text{Ativo Total}}$$

Quanto maior o valor deste índice, maior o grau de endividamento da entidade e mais elevado seu grau de alavancagem financeira.

Matarazzo (1998) destaca que do ponto de vista estritamente financeiro, quanto maior a relação de capitais de terceiros com o capital próprio menor a liberdade de decisões da entidade. Observa-se que este indicador é dado por:

$$\text{Índice de Capital de Terceiros sobre Capital Próprio} = \frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Capital Próprio}}$$

Os autores Iudícibus e Marion (2000) afirmam que a expansão de uma entidade deveria ser financiada por endividamento de longo prazo e que a evolução do índice do Capital de Terceiros de Curto Prazo sobre o Capital Total de Terceiros

ao longo do tempo é mais importante do que o nível atingido em um único exercício. Destaca-se que o indicador é dado por:

$$\text{Índice de Cobertura de Exigível de Curto Prazo sobre o Exigível Total} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Exigível Total}}$$

Garrison e Noreen (2001) afirmam que o risco do crédito de longo prazo costuma ser maior do que o crédito de curto prazo, sendo que a medida mais comum, que identifica a capacidade de proteção de uma organização ao capital de terceiros de longo prazo, é o índice de cobertura de juros.

Para Gitman (2004) este indicador é calculado dividindo-se o Lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição – LAJIR¹¹, isto é, o lucro operacional pelo encargo de juros. Ele é calculado do seguinte modo:

$$\text{Índice de Cobertura de Juros} = \frac{\text{Lucro antes de juros, imposto de renda e contribuição}}{\text{Juros}}$$

O credor de longo prazo também se interessa pelo equilíbrio entre a parcela do ativo da entidade sustentada por credores e a parcela dos ativos sustentada pelo capital próprio (GARRISON; NOREEN, 2001). Esse equilíbrio é medido pela relação entre dívida de longo prazo e patrimônio líquido:

$$\text{Índice de Capital de Terceiros de Longo Prazo sobre Capital Próprio} = \frac{\text{Capital de Terceiros de Longo Prazo}}{\text{Capital Próprio}}$$

Para Assaf Neto (2003, p. 100) os indicadores de endividamento e estrutura são utilizados para aferir a composição das fontes passivas de recursos de uma empresa, mostrando a forma pela qual os recursos de terceiros são usados pela empresa e sua participação relativa em relação ao capital próprio.

Nos indicadores de risco de endividamento como em todos os demais quocientes, a comparação de um determinado período histórico da entidade objeto de análise é muito importante na apuração de cenários e tendências (IUDICIBUS e MARION, 2000).

¹¹ Em inglês: EBIT – Earning Before Interest and Taxes

2.3.3 Análise de Rentabilidade

A análise da rentabilidade relaciona o retorno da instituição com suas receitas das atividades fins, ativos ou patrimônio líquido. As medidas de análise utilizadas avaliam o lucro da empresa com relação a um dado nível de vendas, certo nível de ativos, ou o investimento dos proprietários (GITMAN, 2004).

Os níveis de vendas são descritos na Demonstração de Resultado de Tamanho Comum, sendo que cada item dessa demonstração é expresso sob a forma de porcentagem das receitas com os serviços prestados, o que permite a leitura da margem percentual de contribuição em relação ao lucro bruto, lucro operacional e lucro líquido (Quadro 1).

Receita de Vendas Deduções da Receita Bruta		
Receita Líquida de Vendas Custo dos Serviços ou Produtos		
1. Margem de Lucro Bruto	=	$\frac{\text{Receita Líquida de Vendas} - \text{Custo dos serviços vendidos}}{\text{Receita Líquida de Vendas}}$
Despesas Operacionais Despesas de Vendas Despesas Gerais Despesas de Aluguel Depreciação Total de Despesas Operacionais Receita / Despesa Financeira		
2. Margem de Lucro Operacional	=	$\frac{\text{Receita Operacional}}{\text{Receita Líquida de Vendas}}$
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Lucro Líquido depois do Imposto de Dividendo de Ações		
3. Margem de Lucro Líquido	=	$\frac{\text{Lucro Disponível aos acionistas}}{\text{Receita Líquida de Vendas}}$

Quadro 01 – Demonstração do Resultado de Tamanho Comum
Fonte: Próprio autor adaptado de Gitman, 2004, p. 53

Iudicibus e Marion (2000) afirmam que estes indicadores demonstram os esforços gerenciais do empreendimento na compressão de despesas e no aumento de eficiência, variando suas margens de acordo com o segmento de atuação.

Damadoran (2009) esclarece que embora o demonstrativo de resultados nos permita estimar a lucratividade de uma instituição em termos absolutos, é igualmente necessária a mensuração em termos de seus retornos em relação à margem de lucro e ao capital empregado.

O Retorno do capital próprio (*return on common equity – ROE*) mede o retorno obtido no investimento do capital dos acionistas, sendo dado pela equação:

$$\text{Retorno do Capital Próprio (ROE)} = \frac{\text{Lucro Disponível para os acionistas}}{\text{Patrimônio do Acionista}}$$

Gitman (2004) busca uma abrangência maior ao incluir na avaliação de determinada entidade, além do cálculo das margens de lucro e de rentabilidade sobre o capital, a apuração do indicador de rentabilidade sobre o ativo total, sendo este utilizado como medida da eficácia geral da administração em termos de geração de lucros com os ativos que estão disponíveis.

O Retorno do Ativo Total (*return on total assets – ROA*) é nominado também de Retorno do Investimento (*return on investment – ROI*) e mede a eficácia geral da gestão ao relacionar lucros com os ativos disponíveis, sendo dado pela equação:

$$\text{Retorno do Ativo Total (ROA)} = \frac{\text{Lucro Disponível para os acionistas}}{\text{Ativo Total}}$$

Rocha e Granemann (2003) enfatizam que a competitividade das Instituições de Ensino Superior privadas tem forçado estas entidades a se tornarem cada vez mais focadas na criação de valor.

O processo de aplicação da conceituação de agregação de valor econômico origina-se da ideia de obter medidas mais realistas para os indicadores contábeis dos ganhos e capital, o que permite ao analista conhecer se determinada operação está realmente criando valor, levando-se em conta o custo de oportunidade de todo o capital utilizado (DAMADORAN, 2009).

A análise do valor econômico agregado, ou seja, EVA - *Economic Value Added* - como instrumento de comparação entre entidades, tem sido amplamente abordado na literatura científica de finanças empresariais. O EVA refere-se à diferença entre o retorno sobre o capital investido, após os tributos, e o custo desse capital investido. (BRASIL, 2002).

Para Brasil (2002), a criação de valor pertence à entidade e seu acionista, sendo que o credor não participa do valor agregado, uma vez que sua remuneração se dá sobre uma base pré-dimensionada em instrumento contratual e não sobre a performance da entidade. O EVA é uma marca patenteada nos EUA, no Brasil e em outros países, pela empresa de consultoria Stern Stewart & Company, apesar de sua concepção pertencer ao economista Alfred Marshall.

Segundo Ludícibus (2007), o conceito de EVA responde à necessidade econômica, não presente na Demonstração de Resultado do Exercício, quanto à maximização dos valores patrimoniais, investidos pelos sócios ou reinvestidos na entidade, ou seja, a identificação do mínimo retorno esperado, tendo em vista o custo do dinheiro, o risco do negócio e as demais alternativas existentes para investimentos no mercado.

Segundo Damadoran (2009), o cálculo do EVA é delineado sobre os investimentos pelo retorno do capital, o custo do capital e o capital propriamente investido, sendo dado pela equação:

$$\text{Valor Econômico Agregado (EVA)} = \text{Lucro Operacional pós-tributos} - (\text{Custo do Capital} \times \text{Capital Investido})$$

Kassai et al (2000) esclarece que o cálculo do EVA (lucro líquido após remunerar inclusive o capital próprio), baseado em relatórios contábeis, pode ser sintetizado conforme expresso:

Patrimônio Líquido da Empresa (PL)	50.000
% Custo do Capital Próprio (Ke)	12%
Lucro Líquido contábil	16.000
Custo do Capital Próprio (PL X Ke)	(-) 6.000
EVA - <i>Economic Value Added</i>	= 10.000

Quadro 2 – Cálculo do EVA
 Fonte: Adaptado de Kassai et al (2000).

A definição da taxa percentual, segundo BRASIL (2002), é dada pela aplicação da fórmula:

$$S = S_f + \beta \times (S_m - S_f)$$

Sendo S o Custo do Capital Próprio, S_f a Taxa Livre de Risco, β o Coeficiente beta e S_m a Taxa de Retorno Média Esperada

Segundo Damodaran (2009), um ativo é livre de risco quando se conhece seu retorno esperado com preciso grau de certeza, e, afirma que os únicos títulos que têm chance de ser livres de risco são os títulos do governo, pois estes controlam a emissão de moedas. Um título do Tesouro indexado à inflação não oferece um retorno nominal, mas oferece um retorno real garantido.

No Brasil, segundo Rochman (2009), as taxas de juros - Certificado de Depósito Interbancário - CDI e a Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - podem ser consideradas ativos financeiros que respondem, em média, de forma equivalente em magnitude, sinal e comportamento ao que seria esperado para um título livre de riscos.

Damodaran (2009) esclarece que a estimativa de um Beta de mercado é medida pela regressão dos retornos sobre o investimento em comparação com os retornos sobre o índice de mercado.

Segundo Copeland, Koller e Murrin (2002), a taxa de retorno esperada deve ser baseada em dados históricos. A taxa (S_m) identifica o quanto um investidor espera receber por um investimento, em um espaço de tempo, referente a um determinado ativo.

O valor econômico agregado (EVA), segundo Kassai et al (2000), não se

restringe apenas à análise sintética da entidade, mas é direcionado a todas as partes, sendo empregado como instrumento de gestão baseada em valor para dar suporte ao processo decisório.

3 METODOLOGIA

A fim de proporcionar melhor compreensão da metodologia desenvolvida, este capítulo é dividido em quatro tópicos: critérios da pesquisa, hipóteses, amostragem de dados e o tratamento das informações da pesquisa.

O processo de pesquisa, fundamentado no marco teórico deste trabalho, direciona os estudos para as etapas de execução e análise dos dados coletados (COLLIS; HUSSEY, 2005).

A execução desta pesquisa considerou as informações disponibilizadas pelas Instituições de Ensino Superior, através da publicação dos demonstrativos financeiros obrigatórios, em jornais de grande circulação e nos sites de organismos oficiais de regulação do mercado. Dessa forma, os indicadores referendados são levantados para fins de atender aos objetivos da pesquisa.

3.1 Critérios da Pesquisa

O processo de análise compara os resultados efetivos da pesquisa com os previstos, sustentando ou não as hipóteses.

Os critérios de pesquisa mais adequados aos objetivos deste estudo são os descritivos, pois, estes se estruturam na utilização dos indicadores estatísticos para teste das hipóteses. De acordo com Gil (1999), o objetivo principal de uma pesquisa descritiva é estabelecer características para uma determinada população identificando ou não relações entre variáveis.

Segundo Collis e Hussey (2005), quando o objetivo de um estudo é pesquisar, ao longo do tempo, a dinâmica de um problema tem-se um trabalho longitudinal. Assim, soma-se este aspecto às características desta pesquisa, pois os dados coletados, neste trabalho, estão compreendidos no período entre 2007 e

2009, e observações repetidas são realizadas tendo em vista revelar a estabilidade relativa dos fenômenos.

A pesquisa se caracteriza ainda por um estudo de casos múltiplos, considerando que serão estudadas uma Instituição de Ensino Superior com fins lucrativos e outra sem fins lucrativos.

Conforme Vergara (2000), o estudo de caso é limitado a uma ou poucas unidades de análise. Uma abordagem de estudo de caso envolve reunir informações detalhadas condensadas em determinada base de dados, durante um período de tempo específico, tendo em vista obter um conhecimento aprofundado (COLLIS; HUSSEY, 2005).

3.2 Hipótese

A hipótese desta pesquisa tem como intuito responder qual das IES focalizada, com e sem fins lucrativos, possui os indicadores financeiros mais representativos para sua sobrevivência no mercado.

Procurar-se-á responder por que os indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade do grupo das Instituições de Ensino Superior com fins lucrativos são melhores do que os do grupo de entidades sem fins lucrativos, tendo em vista que este último usufrui de incentivos tributários.

Para testar essa hipótese serão utilizados os indicadores de Liquidez Imediata, Liquidez Corrente e Liquidez Geral, os indicadores de Endividamento Geral, Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio, Capital de Terceiros de Longo Prazo sobre o Capital Próprio, Passivo Circulante sobre o Passivo Total, Índice de Cobertura de Juros e os indicadores de Rentabilidade sobre o Ativo (ROA), Rentabilidade sobre o Patrimônio (ROE), Margem Bruta, Margem Operacional, Margem Líquida e o *Economic Value Added* (EVA).

3.3 Amostragem dos Dados

A seguir são apresentadas as bases de dados e a amostra das Instituições de Ensino Superior com e sem fins lucrativos utilizadas para estudar as hipóteses anteriormente formuladas.

A unidade de análise deste estudo é constituída por duas Instituições de Ensino Superior, uma com fins lucrativos e outra sem, originárias do Estado de Minas Gerais e com maior número de alunos no respectivo estado.

A seleção de casos analisados é constituída pela PUC Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e pelo Grupo Pitágoras, cuja razão social é Kroton Educacional S.A., que disponibilizaram publicamente suas demonstrações financeiras respectivamente através do Jornal Diário do Comércio e da base de dados eletrônica da Bovespa.

A PUC Minas publica anualmente seus demonstrativos financeiros em jornal de grande circulação. O procedimento se deve a exigibilidade legal que preconiza que as instituições sem fins lucrativos com faturamento acima de R\$ 2,4 milhões estão obrigadas a publicar anualmente até o dia 30 de abril do ano subsequente seus respectivos demonstrativos financeiros.

O banco de dados da BOVESPA disponibiliza para os investidores as demonstrações financeiras das instituições que possuem ações negociadas em bolsa. Tal característica acionária está presente na Kroton Educacional S.A. A base de dados, além de fornecer as demonstrações contábeis Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício - DRE e demais Demonstrativos financeiros informam os fatos relevantes relacionados com as respectivas empresas listadas na Bolsa de Valores.

3.4 Regulação e Aspectos Contábeis da Amostra

Os dois grupos nos quais se enquadram cada uma das unidades de análise desta pesquisa, apesar de possuírem similaridade econômica no segmento de atuação e obrigatoriedade de atendimento às exigências contábeis, possuem

regulação complementar distinta, tendo em vista principalmente a peculiaridade de destinação dos resultados positivos objetivados.

3.4.1 PUC Minas

A PUC Minas é uma associação civil sem fins lucrativo e beneficente de assistência social. Além das atividades educacionais, a Sociedade Mineira de Cultura, desenvolve diversos projetos de natureza assistencial, realizando programas de inclusão social e de relacionamento sócio-educativo com diversas comunidades, enfatizando setores carentes, através de atendimento na área de saúde, assistência social e educação.

O exercício das atividades sociais e sua divulgação cumprem as exigências legais para reconhecimento como entidade beneficente e conseqüente gozo da imunidade tributária, centrando seu atendimento no princípio da universalidade do atendimento, sem qualquer distinção de clientela, sendo regulada para os períodos analisados pelo Conselho Nacional de Assistência Social¹².

Na publicação dos demonstrativos financeiros e das notas explicativas, que os integram e complementam, está descrito que estas foram elaboradas de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, e, que estas práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas aos aspectos contábeis específicos relacionados às entidades sem fins lucrativos incorporam, no alcance das respectivas vigências, as alterações determinadas pelas leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

A entidade destaca que adotou a referida legislação, aplicada comumente às sociedades empresariais, por se tratar de norma contábil geral referendada pelo Conselho Federal de Contabilidade, tendo em vista que estas tiveram o principal objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas

¹² A partir de 27 de novembro de 2009 a regulação para certificação como beneficente de assistência social passou a ser exercida pelo Ministério da Educação nos termos da Lei 12.101/2009.

normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A empresa de auditoria PricewaterhouseCoopers atestou, sem ressalvas, nos três exercícios desta amostra, que a PUC Minas apresentou as demonstrações financeiras, adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o superávit das operações, as mutações do patrimônio social, os fluxos de caixa e os valores adicionados, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.4.2 Kroton Educacional

A Kroton Educacional é uma entidade com fins lucrativos representada por uma sociedade anônima de capital aberto cujas ações são negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA. O grupo Kroton exerce atividades educacionais e de comércio atacadista e varejista, importação, exportação e distribuição de livros didáticos e correlatos.

A divulgação das demonstrações financeiras e informações complementares cumprem as exigências legais descritas no artigo 289 da Lei 6.404/76, na redação dada pelo artigo 1 da Lei 9.457/97, que dispõe que as publicações deverão ser feitas no órgão oficial da União, do Estado ou do Distrito Federal e em outro jornal de grande circulação, conforme a localidade de sua sede; visando explicitar suas operações para, investidores, entes públicos, entidades de financiamento, dentre outros usuários interessados pelas informações.

A autorização do grupo Kroton para negociação de suas ações na BOVESPA foi deferida pelo número de registro 01797-3, emitido pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, em cumprimento ao disposto na resolução 202/93 e alterações, emitidas pelo referido órgão.

A entidade deve ainda, por força da Instrução CVM nº 202 de 6 de dezembro de 1993, encaminhar os demonstrativos contábeis e demais informações à CVM e à BOVESPA, nos prazos fixados em lei.

Na publicação dos demonstrativos financeiros, o grupo Kroton informa que as mesmas foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições específicas contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários e, ainda, que foram adotadas apenas as normas e interpretações vigentes até 31 de dezembro de 2009, emanadas do Conselho Federal de Contabilidade, dentro do processo de convergência com as normas internacionais.

A entidade foi auditada no referido período de análise, 2007 a 2009, pela empresa de auditoria PricewaterhouseCoopers, a mesma que auditou a PUC Minas, que atestou, sem ressalvas, que a Kroton Educacional S.A. apresentou as demonstrações financeiras, adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e os valores adicionados na operação da entidade, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.4.3 Considerações das Unidades de Análise

As duas unidades de pesquisa informam ainda que na elaboração das demonstrações financeiras foi necessário utilizar estimativa para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações.

As demonstrações financeiras das entidades incluem, portanto, estimativas referentes à seleção da vida útil e critérios para classificação de gastos ativados no intangível e no imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes e outras similares; podendo os resultados reais apresentar variações em relação às estimativas.

Segundo os autores Ludícibus, Martins e Gelbecke (2009), a realidade econômica da operação, não deve ser representada por sua mera forma, mas sim pelas características qualitativas que caracterizam a essência das informações contábeis. Na aplicação dos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como das Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, a

essência deve prevalecer sobre a forma, e, os auditores só podem aceitar, sem ressalva, a demonstração contábil se assim elaborada.

Os autores Garrison e Noreen (2001) esclarecem, por exemplo, que alguns custos não são evidenciados nos registros contábeis, qualificando como custos de oportunidade, caracterizados pela vantagem potencial que se abre mão quando uma alternativa é escolhida em vez de outra.

A construção da explanação tem o objetivo de esclarecer que o estudo de caso proposto apresenta vertentes distintas nas respectivas entidades. Estas derivam da opção da entidade ser com ou sem fins lucrativos e geram obrigações legais e gastos, a partir dos órgãos que as regulam, e, que se evidenciam ou não, na essência dos seus registros contábeis.

3.5. Tratamento das Informações

No tratamento da base dos exercícios financeiros, tendo em vista a introdução no ano de 2007 do mercado educacional na BOVESPA, será elaborada a análise descritiva do período compreendido entre o ano de 2007 e 2009, comparando as Instituições de Ensino Superior, com fins lucrativos e sem fins lucrativos, com sua opção tributária contrária. Assim, além da comparação entre as entidades, cada Instituição de Ensino Superior analisada terá seus dados apurados na opção contrária de sua real opção de mercado.

Os valores residuais apurados com a aplicação da metodologia proposta foram alocados no Balanço Patrimonial no grupo de capital próprio em contra partida com as exigibilidades de terceiros.

Na apuração do EVA das Instituições de Ensino Superior, com fins lucrativos e sem fins lucrativos, foram consideradas as históricas taxas de retorno (S_m) de 15,5%, apurada com base na média de variação do índice Ibovespa compreendido entre 2007 a 2009 (BOVESPA, 2010), a taxa livre de risco (S_f) de

3,5%, apurado com base nas taxas de bônus do tesouro americano de 30 anos, e, o Beta (β) médio das IES listadas na BOVESPA de 0,88%¹³ (INFOMONEY, 2010).

A análise descritiva visa resumir informações dos dados obtidos por algumas medidas. Estas, mensuradas através dos indicadores econômicos financeiros, serão devidamente analisadas e tratadas. Associado ao teste estatístico há pressupostos básicos descritivos que, visaram reforçar e respaldar os resultados obtidos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Na primeira etapa de apuração dos resultados efetivos da pesquisa, foi realizado o levantamento de informações das IES analisadas; na segunda etapa, são demonstrados de forma consolidada o Balanço Patrimonial e o demonstrativo de apuração do valor residual das receitas e das despesas; na terceira etapa, através de quadros numéricos, de forma a demonstrar a aplicação dos indicadores descritos no referencial teórico nas unidades de análise; na etapa final, fez-se uma síntese dos resultados obtidos.

Evidenciou-se na execução deste processo que a opção da entidade ser com ou sem fins lucrativos gera obrigações e registros contábeis peculiares. Segundo a Resolução nº 1.185/2009 do Conselho Federal de Contabilidade, no conjunto dos demonstrativos contábeis pode ter modificada a nomenclatura das contas utilizadas e a sua ordem de apresentação ou agregação de itens semelhantes, considerada a natureza da entidade e de suas transações, no sentido de fornecer informações que sejam relevantes na compreensão da posição financeira e patrimonial da entidade.

Além desses aspectos, cabe ainda abordar que compete à entidade considerar a natureza das suas operações e as políticas que os usuários das suas informações esperam que sejam divulgadas. No processo de aplicação da entidade, a administração exerce diversos julgamentos, com a exceção dos que envolvem

¹³ Anhanguera 0,47, Estácio de Sá 0,77, Kroton 0,77 e SEB 1,53.

estimativas, que podem afetar significativamente os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras e por consequência o resultado do cálculo de seus indicadores.

4.1 As entidades analisadas

As entidades analisadas compõem-se de uma IES com fins lucrativos, representada por uma sociedade anônima, *holding* com funções de deliberar, controlar e consolidar o resultado de todas as suas organizações, unidades e filiais, e, por uma IES, sem fins lucrativos, representada por uma associação de direito privado, mantenedora de todas as suas unidades e filiais.

4.1.1 Kroton Educacional S/A

O Grupo Kroton Educacional teve origem em 1966, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais como um curso preparatório de vestibular para ingresso em faculdades públicas e particulares.

Em 1971, o Grupo iniciou também as operações escolares no Ensino Básico, através da criação dos Colégios Pitágoras.

Na década de 1980, a Kroton desenvolveu um modelo de gestão, objetivando a implantação e operação de unidades educacionais geograficamente dispersas, que incluía um sistema de treinamento de docentes e gestores.

Em 2001, após a modificação do marco regulatório do Ensino Superior, a Apollo International (sediada no Estado do Arizona, nos Estados Unidos da América) tornou-se acionista da Companhia, aportando capital e experiência internacional em gestão educacional para o seu projeto de Ensino Superior.

A Kroton fundou a primeira faculdade Pitágoras na cidade de Belo Horizonte, oferecendo cursos de graduação em Administração. No final do ano de 2001, a Companhia possuía 332 alunos no Ensino Superior.

Em 2005, a Apollo International decidiu limitar suas atividades internacionais e cessou todos os investimentos que mantinha fora dos Estados

Unidos. Por esse motivo, em agosto de 2006, os acionistas da Kroton negociaram a recompra de suas respectivas participações acionárias, acarretando a saída definitiva da Apollo International da Companhia.

Em julho de 2007, a Companhia concluiu sua oferta pública inicial no Brasil, listando suas *units* no Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa, sob o código KROT11, e captando cerca de R\$ 479 milhões, o que significou uma pulverização de, aproximadamente, 39% do seu capital social.

Em junho de 2009, a Companhia fez um aumento de capital mediante subscrição privada com a entrada de investimentos do fundo de *private equity Advent International* no grupo de controle da Pitágoras Administração e Participações (PAP), acionista controlador da Kroton, captando aproximadamente R\$ 388 milhões para expansão da Companhia. A partir de então, o grupo de controle passou a ser composto pela *Advent International* e os sócios fundadores da Companhia.

Em março de 2010, a Kroton Educacional, passou a deter o controle do Grupo IUNI, com 72,47% de participação direta no capital social da Iuni Educacional S.A. e a participação nas sociedades controladas pela IUNI Educacional S.A.

A Companhia atua de forma diversificada, provendo serviços de educação, tecnologia de ensino e material didático para uma rede de escolas associadas no ensino básico, e no ensino superior opera faculdades próprias.

No início de 2010, já contava com mais de 720 escolas associadas em todos os Estados do Brasil, com mais de 265 mil alunos. O Ensino Superior, com a aquisição do Grupo IUNI em março de 2010, passou a operar 40 unidades, presentes em 28 cidades de 10 Estados Brasileiros, com mais de 86 mil alunos.

4.1.2 PUC Minas

A Sociedade Mineira de Cultura foi constituída em junho de 1948 pela Arquidiocese de Belo Horizonte, como mantenedora da futura Universidade Católica, com a assinatura dos estatutos no Salão Nobre do Conservatório Mineiro de Música.

As primeiras escolas a serem incorporadas pela Sociedade foram a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Santa Maria e, em 1949, a Faculdade Mineira de Direito. Em abril de 1951, foi criado o Instituto de Psicologia Aplicada.

No dia 12 de dezembro de 1958, o Diário Oficial da União publicou o decreto presidencial, assinado por Juscelino Kubitschek e pelo ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado: reconhecendo a Universidade Católica de Minas Gerais. Sua constituição foi aprovada por unanimidade em julho do mesmo ano, juntamente com o projeto do seu estatuto. A outorga pelo Vaticano do título de Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais foi concedida em solenidade no dia 2 de julho de 1983.

A Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas está presente em importantes regiões do Estado, através de uma estrutura *multicampi* composta por mais de uma centena de prédios, que abrigam laboratórios, bibliotecas, museu, canal de TV, oficina de teatro, ensino a distância, salas multimídia, teatros, auditórios, hospitais veterinários, clínicas de fisioterapia, odontologia e psicologia, além de outros equipamentos dotados com modernos recursos tecnológicos e pedagógicos.

A comunidade acadêmica da PUC Minas reúne 56.751 estudantes (47.281 na graduação, 8.182 da especialização, 1.097 no mestrado e 191 no doutorado), 2.312 professores e 1.682 funcionários, espalhados pelos seus *campi/unidades*. São 56 cursos de graduação, 17 programas de mestrado e seis de doutorado, além de 287 cursos de especialização.

A PUC Minas está presente em Belo Horizonte (Barreiro, Coração Eucarístico, Praça da Liberdade, São Gabriel), Betim, Contagem, Poços de Caldas (Sul), Arcos (Centro-Oeste), Serro (Alto Jequitinhonha) e Guanhães.

4.2 Os Resultados Contábeis e Financeiros

As demonstrações financeiras publicadas pelas IES, PUC Minas e PITÁGORAS, estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas aos aspectos específicos relacionados às entidades sem fins lucrativos e às determinações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM aplicáveis as entidades com ações negociadas na bolsa de valores.

O período desta pesquisa, compreendido entre os anos de 2007 e 2009, foi alvo de parecer sem ressalvas expedido por empresa de auditoria independente, que atestou que os referidos demonstrativos apresentaram, adequadamente em

todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira das entidades, e que foram devidamente aprovadas pelos respectivos órgãos internos de fiscalização.

Este estudo verificou que os grupos educacionais analisados atuam, além do ensino superior, em uma cadeia de valor que abrange a educação básica, cursos sequenciais, cursos preparatórios, cursos de extensão, educação a distância e atividades afins como transferência de tecnologia e, especificamente quanto ao grupo Kroton, comercialização de material didático.

A descrição dos valores patrimoniais, ativo e passivo, e dos valores residuais, receitas e despesas, que serão descritos nesta pesquisa foram especificados em milhares de reais.

A posição patrimonial representada pelos grupos de ativo, passivo e patrimônio social, considera os valores relevantes de informações materiais extraídos do Balanço Patrimonial para cálculo dos indicadores de liquidez e endividamento referendados neste estudo.

A apuração do Balanço Patrimonial e das receitas e despesas considera, além dos dados extraídos dos respectivos demonstrativos patrimoniais e residuais de cada entidade, a sua situação antagônica, ou seja, foram aplicados os indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade referenciados, considerando para cada unidade de análise, PUC Minas e KROTON, a possibilidade destas serem com ou sem fins lucrativos.

A opção quanto a destinação do resultado positivo, lucro para os acionistas da Kroton Educacional e superávit para reinvestimento na PUC Minas, define a partir das obrigações legais, gastos e registros contábeis, peculiares aos respectivos grupos a que pertencem. A singularidade de registro de cada grupo, com fins lucrativos e sem fins lucrativos, não está suficientemente evidenciada nos registros contábeis publicados. A redução de distorções seria minimizada somente com uma investidora no aspecto interno da governança de cada entidade. Verifica-se assim uma limitação desta pesquisa, na adequação da base de dados secundários divulgados e na consequente apuração dos indicadores, seja, na opção contrária de destinação do resultado, ou, mesmo na comparação da situação atual de cada entidade.

4.2.1 Informações com base nas Demonstrações Contábeis da PUC Minas

O Balanço Patrimonial da PUC Minas observa o normativo das entidades sem fins lucrativos, quanto a substituição do nome do grupo contábil de Patrimônio Líquido pelo de Patrimônio Social (Tabela 6).

TABELA 6
Balanço Patrimonial – PUC Minas

Ativo	Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro (Em milhares de Reais)			Passivo	SEM FINS LUCRATIVOS		
	2009	2008	2007		2009	2008	2007
Circulante	80.357	66.170	61.658	Circulante	99.476	106.508	102.626
Caixa e equivalentes de caixa	20.307	10.111	7.186	Fornecedores	5.168	5.802	5.095
Contas a receber	36.525	33.238	33.767	Empréstimos e financiamentos	32.554	40.508	44.280
Adiantamentos	19.860	18.696	17.537	Obrigações fiscais e trabalhistas	36.064	33.998	28.860
Demais contas a receber	3.665	4.125	3.168	Adiantamentos de clientes	15.304	15.034	12.044
				Convênios	6.093	5.106	4.239
				Demais contas e despesas a pagar	4.293	6.060	8.108
Não Circulante	340.848	351.156	345.445	Não Circulante	50.598	55.922	59.635
Realizável a longo prazo	36.613	40.730	42.756	Empréstimos e financiamentos	43.036	45.125	51.172
Adiantamentos a entidades afins	21.542	20.211	17.214	Títulos a pagar	3.783	3.783	3.783
Títulos a receber	13.304	16.905	20.886	Adiantamentos de clientes	2.482	3.605	147
Demais contas a receber	1.365	3.298	4.443	Adiantamentos de entidades afins	0	1.853	3.955
Depósitos judiciais	402	316	213	Provisão para contingências	1.297	1.556	578
Investimentos	28.506	28.867	79	Patrimônio Social	271.131	254.896	244.842
Imobilizado	274.620	280.539	302.610	Fundo Patrimonial	113.883	94.460	80.416
Intangíveis	1.109	1.020	0	Reserva Patrimonial	5.729	5.729	5.729
				Reserva de Reavaliação	151.519	154.707	158.697
Total do Ativo	421.205	417.326	407.103	Total do Passivo	421.205	417.326	407.103

Fonte: Jornal Diário do Comércio, publicado em 24/04/2008, 30/04/2009 e 29/04/2010.

O Demonstrativo de valor residual de receitas e despesas da PUC Minas cumpre a peculiaridade das entidades sem fins lucrativos de nominar a Demonstração de Resultado do Exercício – DRE, em caso de resultado positivo, como Demonstração do Superávit do Exercício – DSE, sendo que, em caso de resultado negativo, a denominação passa a ser de Demonstração do Déficit do Exercício – DDE. A Tabela 08 extrai os grupos contábeis pertinentes a este estudo do referido Demonstrativo de Superávit do Exercício, publicado em milhares de reais, demonstrando as gratuidades educacionais assistenciais praticadas pela entidade em substituição ao recolhimento dos tributos.

TABELA 07

Demonstrações do Superávit dos Exercícios – PUC Minas - SFL

Demonstração do Superávit dos Exercícios Findos em 31 de dezembro	SEM FINS LUCRATIVOS		
	2009	2008	2007
Receita bruta de serviços e doações	548.332	512.887	472.491
Contribuições escolares	538.940	499.226	463.714
Receitas de serviços	7.789	6.873	6.547
Receitas de atividades fins	1.188	1.381	1.345
Doações	415	5.407	885
Deduções da receita bruta	-124.877	-112.625	-104.243
Bolsa de estudo - gratuidade	-83.226	-81.411	-77.051
Bolsa de estudo - outras	-21.388	-17.295	-15.100
Serviços Cancelados	-20.263	-13.919	-12.092
Impostos Incidentes sobre serviços	0	0	0
Receita Líquida dos serviços e doações	423.455	400.262	368.248
Custos dos serviços prestados	-305.436	-287.715	-346.603
CSP - Encargos trabalhisas	0	0	0
Superávit operacional bruto	118.019	112.547	21.645
Receitas (despesas) operacionais	-102.445	-103.115	-18.330
Despesas gerais e administrativas	-103.298	-103.367	-15.047
Encargos trabalhistas	0	0	0
Despesas tributárias	-240	-484	-132
Despesas financeiras	-11.236	-13.043	-12.656
Receitas financeiras	10.750	12.119	9.505
Outras receitas operacionais líquidas	1.579	1.660	0
Superávit antes do IR e CS	15.574	9.432	3.315
Imposto de Renda	0	0	0
Contribuição Social	0	0	0
Superávit Líquido do Exercício	15.574	9.432	3.315

Fonte: Jornal Diário do Comércio, publicado em 24/04/2008, 30/04/2009 e 29/04/2010.

A tabela 08 aplica à PUC Minas, a exclusão da obrigatoriedade legal de concessão de gratuidade socioassistencial e demonstra os tributos incidentes sobre as IES com fins lucrativos, descritos no referencial teórico.

TABELA 08

Demonstrações do Resultado dos Exercícios – PUC Minas – CFL

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro	COM FINS LUCRATIVOS		
	2009	2008	2007
Receita bruta de serviços e doações	548.332	512.887	472.491
Contribuições escolares	538.940	499.226	463.714
Receitas de serviços	7.789	6.873	6.547
Receitas de atividades fins	1.188	1.381	1.345
Doações	415	5.407	885
Deduções da receita bruta	-70.804	-59.194	-52.843
Bolsa de estudo - gratuidade	0	0	0
Bolsa de estudo - outras	-21.388	-17.295	-15.100
Serviços Cancelados	-20.263	-13.919	-12.092
Impostos Incidentes sobre serviços	-29.153	-27.980	-25.651
Receita Líquida dos serviços e doações	477.528	453.693	419.648
Custos dos serviços prestados - CSP	-305.436	-287.715	-346.603
CSP - Encargos trabalhisas	-51.462	-47.791	-43.887
Superávit operacional bruto	120.629	118.188	29.158
Receitas (despesas) operacionais	-120.003	-119.420	-33.303
Despesas gerais e administrativas	-100.481	-100.751	-12.645
Encargos trabalhistas	-20.375	-18.921	-17.376
Despesas tributárias	-240	-484	-132
Despesas financeiras	-11.236	-13.043	-12.656
Receitas financeiras	10.750	12.119	9.505
Outras receitas operacionais líquidas	1.579	1.660	0
Superávit antes do IR e CS	626	-1.232	-4.145
Imposto de Renda	-97	0	0
Contribuição Social	-56	0	0

Fonte: Próprio autor.

A evidenciação comparativa do encargo assistencial e tributário está descrita na tabela 09. Nesta simulação da PUC Minas, como entidade com fins lucrativos, as apurações foram baseadas nos dados contábeis publicados. Apurou-se déficit nos exercício de 2007 e 2008, e, superávit no exercício de 2009, sendo calculado o

Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, o Adicional do Imposto de Renda - AIR e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, no ano superavitário, os tributos incidentes sobre a receita e os encargos previdenciários sobre a folha de pagamento dos três exercícios.

TABELA 09

PUC Minas – Comparativo Sem Fins Lucrativos x Com Fins Lucrativos

Referência	Entidade Sem Fins Lucrativos			Entidade Com Fins Lucrativos		
	2.009	2.008	2.007	2.009	2.008	2.007
Bolsa de estudo - gratuidade	83.226	81.411	77.051	0	0	0
Impostos incidentes sobre serviços	0	0	0	29.153	27.980	25.651
Custo Serviços Prestados Encargos Trabalhistas	0	0	0	51.462	47.791	43.887
Encargos Trabalhistas	0	0	0	20.375	18.921	17.376
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica	0	0	0	97	0	0
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	0	0	0	56	0	0
PIS sobre Folha de Pagamento	2.817	2.616	2.402	0	0	0
Total	86.043	84.027	79.453	101.144	94.691	86.913

Fonte: Próprio autor.

A comparação da PUC Minas, sendo considerada com fins lucrativos e sem fins lucrativos, no período de 2007 a 2009 está representada pelo gráfico 3.

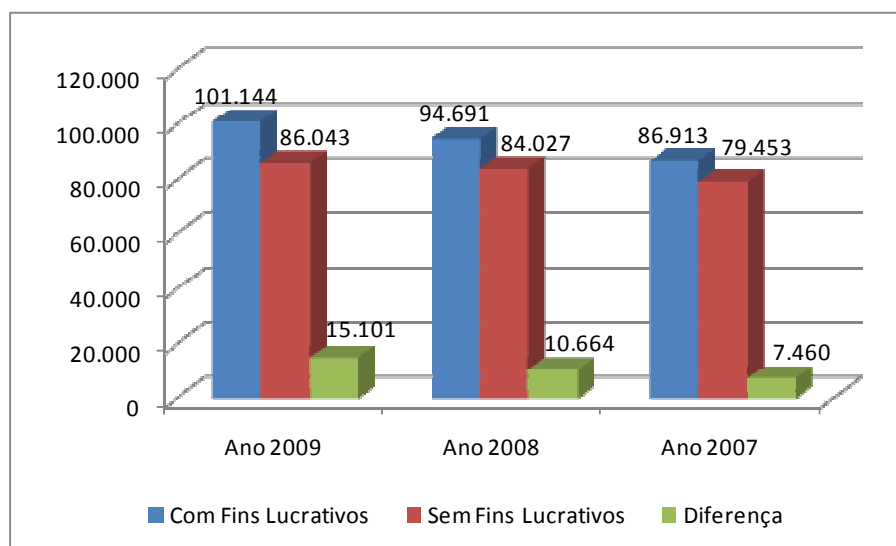


Gráfico 03 – PUC Minas – Diferença entre ESFL e ECFL.

Fonte: Próprio autor.

O gráfico demonstra que nos três anos analisados, o resultado contábil da PUC Minas quando considerada como entidade com fins lucrativos é desfavorável em relação a sua situação atual, ou seja, sem fins lucrativos.

4.2.2 Informações com base nas Demonstrações Contábeis da Kroton

A Kroton apresentou Balanço Patrimonial como parte das Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP e de acordo com os normativos da Comissão de Valores Mobiliários (Tabela 10).

TABELA 10
Balanço Patrimonial KROTON – CFL

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro							
Ativo	2009	2008	2007	Passivo	2009	2008	2007
Ativo Circulante	507.235	215.608	380.816	Passivo Circulante	49.368	73.147	41.666
Disponibilidades	410.384	124.218	325.282	Empréstimo e Financiamentos	5.165	5.453	1.429
Caixa e equivalentes	17.264	9.114	2.455	Fornecedores	9.895	15.930	7.721
Títulos e valores mobiliários	393.120	115.104	322.827	Impostos, taxas e contribuições	1.779	1.891	5.775
Créditos	63.795	61.689	30.427	Dividendos a pagar	0	12.949	0
Cientes	63.795	61.689	30.427	Outros	32.528	36.924	26.741
Estoques	12.350	10.720	8.742				
Outros créditos	20.706	18.981	16.365	Passivo Não Circulante	26.245	28.563	24.269
				Exigível a longo prazo	26.221	28.603	24.263
				Participação acon. não controladores	24	-40	6
Ativo Não Circulante	363.450	320.112	122.586				
Ativo realizável a longo prazo	19.680	18.477	14.348	Patrimônio Líquido	795.072	484.010	487.467
Ativo Permanente	343.770	301.635	108.238	Capital Social Realizado	799.584	483.329	454.397
Imobilizado	167.653	133.736	37.952	Reserva de Capital	14.962	0	0
Intangível	173.576	165.315	70.126	Reservas de Lucro	0	681	0
Diferido	2.541	2.584	160	Lucros/Prejuízos Acumulados	-19.474	0	-16.930
Total do Ativo	870.685	535.720	503.402	Total do Passivo	870.685	535.720	503.402

Fonte: Próprio autor, adaptado das Demonstrações Financeiras Padronizadas publicadas no site www.bovespa.com.br, acessado em 26/07/2010

A Demonstração de Resultado do Exercício cumpre as exigências da Comissão de Valores Mobiliários, pertinente às entidades com fins lucrativos e com ações negociadas na Bovespa, demonstrando inclusive a distribuição de dividendos que se incorpora a remuneração dos investidores (Tabela 11).

Tabela 11
Demonstrações dos Resultados dos Exercícios – Kroton –CFL

Demonstrações dos Resultados dos Exercícios Fidos em 31 de Dezembro	COM FINS LUCRATIVOS		
	2.009	2.008	2.007
Receita Bruta de Vendas e ou Serviços	395.033	306.904	91.524
Ensino Básico	110.071	97.689	41.500
Ensino Superior	284.962	209.215	48.551
Demais serviços	0	0	1.473
Deduções da Receita Bruta	-42.090	-27.346	-3.983
Ensino Básico	-6.974	-6.403	-2.600
Ensino Superior	-35.116	-20.943	-1.383
Receita Líquida de Vendas e ou Serviços	352.943	279.558	87.541
Custo dos Bens e ou Serviços Vendidos	-230.850	-179.924	-54.398
Custo dos Produtos Vendido	-15.642	-11.830	-5.501
Custo dos serviços Prestados	-215.208	-168.094	-48.897
Resultado Bruto	122.093	99.634	33.143
Despesas / Receitas Operacionais	-123.488	-59.052	-49.170
Com Vendas	-77.642	-27.055	-11.684
Gerais e Administrativas	-50.010	-35.726	-45.077
Amortização do Ágio	-621	-10.196	-2.545
Impairment sobre Ágio	-1.427	0	
Provisão perda de investimento	-638	0	
Resultado na venda de investimento	-665	0	
Financeiras	7.515	13.925	10.136
Receitas Financeiras	26.229	27.490	17.813
Despesas Financeiras	-18.714	-13.565	-7.677
Resultado Operacional	-1.395	40.582	-16.027
Resultado Antes Tributação/ Participações	-1.395	40.582	-16.027
Provisão para IR e Contrib. Social	-4.366	-6.838	329
IR Diferido	-2.280	-3.238	-887
Part. de Acionistas Não Controladores	-63	54	2
Lucro / Prejuízo do Período	-8.104	30.560	-16.583

Fonte: Próprio autor, adaptado das Demonstrações Financeiras Padronizadas publicadas no site www.bovespa.com.br, acessado em 26/07/2010

A Tabela 12 aplica à KROTON a inclusão da obrigatoriedade legal de concessão de gratuidade socioassistencial, exclui os tributos incidentes sobre as IES com fins lucrativos e a distribuição de resultado, de scritos no referencial teórico.

TABELA 12
Demonstração do Superávit dos Exercícios – Kroton - SFL

Demonstração do Superávit dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro	SEM FINS LUCRATIVOS		
	2.009	2.008	2.007
Receita Bruta de Vendas e ou Serviços	395.033	306.904	91.524
Ensino Básico	110.071	97.689	41.500
Ensino Superior	284.962	209.215	48.551
Demais serviços	0	0	1.473
Deduções da Receita Bruta	-79.007	-61.381	-18.305
Bolsa de estudo - gratuidade	-79.007	-61.381	-18.305
Receita Líquida de Vendas e ou Serviços	316.026	245.523	73.219
Custo dos Bens e ou Serviços Vendidos	-187.530	-146.088	-44.555
Custo dos Produtos Vendido	-15.642	-11.830	-5.501
Custo dos serviços Prestados	-171.888	-134.258	-39.054
Resultado Bruto	128.496	99.435	28.664
Despesas / Receitas Operacionais	-115.589	-52.777	-47.175
Com Vendas	-77.642	-27.055	-11.684
Gerais e Administrativas	-42.111	-29.451	-43.082
Amortização do Ágio	-621	-10.196	-2.545
Impairment sobre Ágio	-1.427	0	
Provisão perda de investimento	-638	0	
Resultado na venda de investimento	-665	0	
Financeiras	7.515	13.925	10.136
Receitas Financeiras	26.229	27.490	17.813
Despesas Financeiras	-18.714	-13.565	-7.677
Resultado Operacional	12.907	46.658	-18.512
Resultado Antes Tributação/ Participações	12.907	46.658	-18.512
Provisão para IR e Contrib. Social	0	0	0
IR Diferido	0	0	0
Part. de Acionistas Não Controladores	0	0	0
Lucro / Prejuízo do Período	12.907	46.658	-18.512

Fonte: Próprio autor

A evidenciação comparativa do encargo assistencial e tributário está descrito na Tabela 13. Nessa simulação da Kroton como entidade sem fins lucrativos, as apurações foram baseadas nos dados contábeis publicados. Apurou-se déficit nos exercício de 2007, e, superávit nos exercícios de 2008 e 2009.

Tabela 13

KROTON – Comparativo Sem Fins Lucrativos x Com Fins Lucrativos

Referência	Entidade Sem Fins Lucrativos			Entidade Com Fins Lucrativos		
	2.009	2.008	2.007	2.009	2.008	2.007
Bolsa de estudo - gratuidade	79.007	61.381	18.305	0	0	0
Impostos incidentes sobre serviços	0	0	0	42.090	27.346	3.983
Custo Serviços Prestados Encargos Trabalhistas	0	0	0	43.320	33.836	9.843
Encargos Trabalhistas	0	0	0	9.990	7.913	2.478
Imposto de Renda e Contribuição Social	0	0	0	6.646	10.076	558
Participação de Acionistas	0	0	0	63	-54	-2
PIS sobre Folha de Pagamento	2.091	1.637	483	0	0	0
Total	81.097	63.018	18.788	102.108	79.116	16.859

Fonte: Próprio autor

A diferença da Kroton, sendo considerada com fins lucrativos e sem fins lucrativos, no período de 2007 a 2009 está representada pelo Gráfico 04.

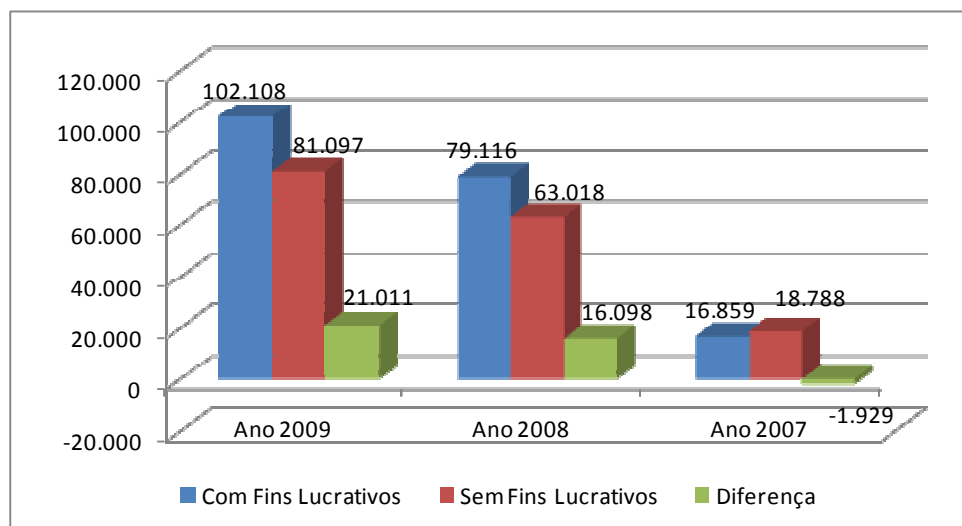


Gráfico 04 – Kroton - Diferença entre ESFL e ECFL .

Fonte: Próprio autor.

O gráfico demonstra que nos três anos analisados, o resultado contábil da Kroton, quando considerada como entidade sem fins lucrativos, é favorável em relação a sua situação original, ou seja, com fins lucrativos.

4.3 Os indicadores financeiros

Conforme afirma Brasil (2003), toda classificação, e, portanto toda análise, reflete um nível variável de precisão, dependendo do maior ou menor conhecimento que se tem da entidade e de seus procedimentos contábeis. O analista interno, por dispor de uma bateria de respostas às perguntas, chegará a uma análise mais precisa que o externo, entretanto, deve-se considerar que 70% ou mesmo 50% de precisão são melhores que decidir sem nenhuma informação.

4.3.1 Análise da Liquidez

A Tabela 14 apresenta os indicadores de liquidez da PUC Minas e da Kroton de acordo com suas respectivas características de serem sem fins lucrativos e com fins lucrativos.

Tabela 14
PUC Minas x Kroton – Indicadores de Liquidez

Indicadores de Liquidez	PUC Minas			Kroton		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Liquidez Imediata	0,07	0,09	0,20	7,81	1,70	8,31
Liquidez Corrente	0,60	0,62	0,81	9,14	2,95	10,27
Liquidez Geral	0,64	0,66	0,78	5,99	2,30	6,97

Fonte: Próprio autor

As duas entidades apresentaram liquidez suficiente para honrar os compromissos tanto no curtíssimo prazo, curto prazo quanto no longo prazo. Os

respectivos índices da PUC Minas apresentaram uma evolução positiva e crescente no período analisado destacando-se o índice de liquidez geral. Os indicadores da Kroton, apesar de apresentarem uma sazonalidade no período, permaneceram positivos nos respectivos exercícios com uma considerável base financeira, inclusive instantânea representada pelo índice de liquidez imediata, frente ao conjunto de obrigações com terceiros.

.A Tabela 15 apresenta a comparação dos indicadores de liquidez entre a PUC Minas, sem fins lucrativos e com fins lucrativos, e, a Tabela 16 entre a Kroton, com fins lucrativos e sem fins lucrativos, propostos na metodologia.

TABELA 15
PUC Minas – Indicadores de Liquidez

Indicadores de Liquidez	PUC Minas					
	SEM FINS LUCRATIVOS			COM FINS LUCRATIVOS		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Liquidez Imediata	0,07	0,09	0,20	0,07	0,09	0,18
Liquidez Corrente	0,60	0,62	0,81	0,56	0,56	0,70
Liquidez Geral	0,64	0,66	0,78	0,62	0,62	0,71

Fonte: Próprio autor

TABELA 16
Kroton – Indicadores de Liquidez

Indicadores de Liquidez	Kroton					
	SEM FINS LUCRATIVOS			COM FINS LUCRATIVOS		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Liquidez Imediata	7,46	2,18	14,47	7,81	1,70	8,31
Liquidez Corrente	8,74	3,78	17,89	9,14	2,95	10,27
Liquidez Geral	5,82	2,73	9,65	5,99	2,30	6,97

Fonte: Próprio autor

A comparação dos indicadores de liquidez, considerados os reflexos tributários da PUC Minas, como entidade com fins lucrativos, e os da Kroton, como

entidade sem fins lucrativos, demonstraram através da aplicação da metodologia proposta que a liquidez da Kroton apresentou na sua opção contrária, com exceção do exercício de 2007, uma maior capacidade de honrar seus compromissos o que não se refletiu na PUC Minas, que reduziu sua capacidade de pagamento nos respectivos períodos.

4.3.2. Análise do Endividamento

Os indicadores de endividamento da PUC Minas e da Kroton são apresentados na tabela 17.

TABELA 17
PUC Minas x Kroton – Indicadores de Endividamento

Indicadores de Endividamento	PUC Minas			Kroton		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Endividamento Geral	0,40	0,39	0,36	0,13	0,23	0,09
Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio	0,66	0,64	0,55	0,15	0,23	0,10
Capital de Terceiros de Longo Prazo sobre o Capital Próprio	0,24	0,22	0,19	0,06	0,07	0,03
Cobertura de Exigível de Curto Prazo sobre Exigível Total	0,63	0,66	0,66	0,63	0,72	0,65
Cobertura de Juros	1,26	1,72	2,39	-1,09	3,99	0,93

Fonte: Próprio autor.

As fontes de fundos entre si, que retratam a posição relativa do capital próprio com relação ao capital de terceiros, validam que a Kroton Educacional possui um menor grau de endividamento geral em relação à PUC Minas.

Os indicadores de Capital de Terceiros, tanto de curto quanto de longo prazo, apresentaram uma redução na dependência destes em relação ao Capital Próprio da PUC Minas. No entanto, os respectivos indicadores de estrutura da Kroton demonstram que a composição dos recursos próprios da entidade é consideravelmente superior, em todos os exercícios financeiros, aos recursos de terceiros.

As duas entidades apresentam convergência de indicadores de cobertura de curto prazo em relação ao total do exigível, destacando-se a Kroton como maior dependência do curto prazo no ano de 2008.

A cobertura de juros demonstra uma gradativa evolução nos indicadores da PUC Minas, sendo que, para o ano de 2009, o resultado positivo antes dos juros, considerando que a mesma não é contribuinte tributária, poderia encolher até 58%, que ainda assim seria capaz de saldar os juros devidos. O referido indicador apurado na Kroton demonstrou que, apenas no ano de 2008, o lucro antes dos juros e do imposto de renda da entidade foi capaz de cobrir os respectivos juros devidos.

A Tabela 18 apresenta a comparação entre o endividamento da PUC Minas, sem fins lucrativos e com fins lucrativos, e, a Tabela 19, o respectivo endividamento da Kroton, com fins lucrativos e sem fins lucrativos.

TABELA 18
PUC Minas – INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

Indicadores de Endividamento	PUC Minas					
	SEM FINS LUCRATIVOS			COM FINS LUCRATIVOS		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Endividamento Geral	0,40	0,39	0,36	0,42	0,41	0,39
Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio	0,66	0,64	0,55	0,71	0,71	0,65
Capital de Terceiros de Longo Prazo sobre o Capital Próprio	0,24	0,22	0,19	0,25	0,23	0,20
Cobertura de Exigível de Curto Prazo sobre Exigível Total	0,63	0,66	0,66	0,65	0,68	0,69
Cobertura de Juros	1,26	1,72	2,39	0,67	0,91	1,06

Fonte: Próprio autor

TABELA 19
Kroton – Indicadores de Endividamento

Indicadores de Endividamento	Kroton					
	SEM FINS LUCRATIVOS			COM FINS LUCRATIVOS		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Endividamento Geral	0,13	0,16	0,06	0,13	0,23	0,09
Capital de Terceiros sobre o Capital Próprio	0,16	0,19	0,07	0,15	0,23	0,10
Capital de Terceiros de Longo Prazo sobre o Capital Próprio	0,06	0,06	0,03	0,06	0,07	0,03
Cobertura de Exigível de Curto Prazo sobre Exigível Total	0,64	0,67	0,52	0,63	0,72	0,65
Cobertura de Juros	-1,41	4,44	1,69	-1,09	3,99	0,93

Fonte: Próprio autor

A comparação dos indicadores de estrutura, considerados os reflexos tributários da Kroton, como entidade sem fins lucrativos, e os, da PUC Minas, como entidade com fins lucrativos, demonstraram através da aplicação da metodologia proposta que o endividamento da Kroton seria menor e o da PUC Minas maior, em relação às respectivas opções originais.

A estrutura de capital do grupo Kroton apresentou menor dependência dos recursos de terceiros na opção sem fins lucrativos e fato inverso aconteceu com a PUC Minas que, na opção com fins lucrativos, tanto no curto prazo quanto no longo prazo, dependeria mais de recursos de terceiros.

A cobertura de juros demonstra que na PUC Minas somente no ano de 2009, na sua opção contrária à original, teria resultado suficiente para satisfazer as despesas com juros. Na Kroton, o resultado positivo antes dos juros, considerando que a mesma não seria contribuinte tributária, seria capaz de saldar os juros devidos nos anos de 2008 e 2009.

4.3.3 Análise da Rentabilidade

A Tabela 20 nos permite visualizar os indicadores de rentabilidade da PUC Minas e da Kroton, mantidas suas características originais quanto à apuração do resultado.

TABELA 20
PUC Minas x Kroton – Indicadores de Rentabilidade

Indicadores de Rentabilidade	PUC Minas			Kroton		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Retorno do Capital Próprio - ROE	0,01	0,04	0,06	-0,04	0,07	-0,010
Retorno do Ativo Total - ROA	0,01	0,02	0,04	-0,03	0,06	-0,009
Margem Bruta	0,06	0,28	0,28	0,38	0,36	0,346
Margem de Lucro Operacional	0,01	0,02	0,04	-0,18	0,15	-0,004
Margem de Lucro Líquido	0,01	0,02	0,04	-0,19	0,11	-0,023
EVA	-31.110	-26.406	-22.547	-78.091	-30.462	-119.891

Fonte: Próprio autor

Os indicadores de rentabilidade dos recursos próprios (ROE) mantidos na PUC Minas, por obrigatoriedade legal, em relação aos resultados apurados, são positivos nos três exercícios analisados, e, os respectivos índices da Kroton somente apresentaram retorno positivo do lucro sobre o patrimônio dos acionistas no ano de 2008.

Consideradas as características originais de opção quanto a destinação dos resultados, o Retorno do Ativo Total (ROA) em relação a esta dinâmica residual foram positivos para a PUC Minas, nos anos analisados, e para a Kroton apenas no ano de 2008.

Os indicadores de retorno que relacionam as receitas líquidas com as respectivas margens são positivos nos respectivos exercícios na unidade de análise PUC Minas quando relacionadas com o superávit bruto, superávit operacional e superávit líquido. Os respectivos indicadores apurados para a Kroton são positivos quando se referem à Margem Bruta, nos três exercícios analisados, e, positivos no

ano de 2008 para a Margem Operacional e Margem Líquida respectivamente. Nos anos de 2007 e 2009, a Margem de Lucro Líquida e a Margem de Lucro Operacional demonstram que a Kroton não gerou recursos suficientes para sobrepor aos resultados financeiros e, nem mesmo, ao volume de despesas operacionais.

A apuração do indicador EVA da PUC Minas, apesar de apresentar uma gradativa tendência de tornar-se positivo, demonstrou que a entidade não remunerou o capital investido em nenhum dos períodos analisados. A referida avaliação de desempenho aplicada à Kroton indica que os custos da entidade, inclusive o de oportunidade, ultrapassaram o retorno mínimo exigido pelos fornecedores de capital da organização, nos três exercícios.

A PUC Minas tem seus indicadores de rentabilidade e agregação de valor, comparada entre sem fins lucrativos e com fins lucrativos na tabela 21, e, a Kroton, tem seus respectivos indicadores de rentabilidade, com sua posição original e contrária, comparados na tabela 22.

TABELA 21
PUC Minas – Indicadores de Rentabilidade

Indicadores de Rentabilidade	PUC Minas					
	SEM FINS LUCRATIVOS			COM FINS LUCRATIVOS		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Retorno do Capital Próprio - ROE	0,01	0,04	0,06	-0,017	-0,005	0,002
Retorno do Ativo Total - ROA	0,01	0,02	0,04	-0,010	-0,003	0,001
Margem Bruta	0,06	0,28	0,28	0,069	0,261	0,253
Margem de Lucro Operacional	0,01	0,02	0,04	-0,010	-0,003	0,001
Margem de Lucro Líquido	0,01	0,02	0,04	-0,010	-0,003	0,001
EVA	-31.110	-26.406	-22.547	-37.521	-35.571	-35.555

Fonte: Próprio autor

TABELA 22
Kroton – Indicadores de Rentabilidade

Indicadores de Rentabilidade	Kroton					
	SEM FINS LUCRATIVOS			COM FINS LUCRATIVOS		
	2007	2008	2009	2007	2008	2009
Retorno do Capital Próprio - ROE	-0,04	0,10	0,02	-0,04	0,07	-0,010
Retorno do Ativo Total - ROA	-0,04	0,09	0,01	-0,03	0,06	-0,009
Margem Bruta	0,39	0,40	0,41	0,38	0,36	0,346
Margem de Lucro Operacional	-0,25	0,19	0,04	-0,18	0,15	-0,004
Margem de Lucro Líquido	-0,25	0,19	0,04	-0,19	0,11	-0,023
EVA	-79.748	-16.627	-101.834	-78.091	-30.462	-119.891

Fonte: Próprio autor

O incremento e a respectiva retenção dos resultados, por cumprimento aos dispositivos legais descritos no marco teórico que vedam sua distribuição nas entidades sem fins lucrativos, proporcionam à Kroton indicadores de retorno sobre o Patrimônio Social (ROE) superiores ao do retorno do Patrimônio Líquido da respectiva entidade caracterizada na sua forma original de com fins lucrativos. A aplicação destes indicadores na PUC Minas com fins lucrativos demonstram um sensível declínio do Retorno do Capital Próprio, nos três exercícios analisados, em relação à sua opção original de sem fins lucrativos.

Consideradas as características opostas às originais quanto à destinação dos resultados, o Retorno do Ativo Total (ROA) em relação a esta dinâmica residual apresentou índices mais favoráveis na Kroton do que na unidade de análise PUC Minas.

Os indicadores de retorno que relacionam as receitas líquidas com as respectivas margens apresentam decréscimo na PUC Minas com fins lucrativos, nos respectivos exercícios quando relacionadas com o superávit bruto, superávit operacional e superávit líquido. Os respectivos indicadores apurados para a Kroton são positivos quando se referem à Margem Bruta, nos três exercícios analisados, e, positivos nos anos de 2008 e 2009 para a Margem Operacional e Margem Líquida respectivamente. No ano de 2007, a Margem de Lucro Líquida e a Margem de Lucro

Operacional demonstram que a Kroton não gerou recursos suficientes para sobrepor os resultados financeiros e, nem mesmo, ao volume de despesas operacionais.

A apuração do EVA, da PUC Minas e da Kroton, quando consideradas como entidade com fins lucrativos, apresentou um decréscimo em relação a sua opção por sem fins lucrativos. A exceção foi apenas o ano de 2007 da Kroton, cuja opção de com fins lucrativos foi, apesar de negativa, melhor do que o respectivo indicador apurado na base de dados da entidade como sem fins lucrativos.

4.4 Síntese dos Resultados

A aplicação dos gastos pertinentes às entidades sem fins lucrativos, dentre eles os valores correspondentes às gratuidades educacionais, e a consequente eliminação dos tributos incidentes sobre a receita e sobre folha de pagamento, bem como sobre o resultado da exploração da atividade, são suficientes para que estas entidades apresentem indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade significativos em relação à entidade com fins lucrativos.

A situação patrimonial das unidades de análise, através da decomposição e comparação do Balanço Patrimonial nos indicadores de liquidez, demonstra que a PUC Minas, em sua situação original de sem fins lucrativos, e a Kroton, também como sem fins lucrativos, possuem condições mais favoráveis para honrarem seus compromissos.

A comparação dos indicadores de estrutura, considerados os reflexos da exclusão de tributos na Kroton Educacional, mesmo com a aplicação das obrigadoriedades socioassistenciais, fizeram com que a entidade apresentasse um menor índice de endividamento, bem como dependência de capital de terceiros e cobertura de juros, sendo a opção sem fins lucrativos mais favorável que sua opção original. Os referidos indicadores na PUC Minas, mesmo com a exclusão dos compromissos socioassistenciais, não apresentaram variação positiva em sua relação contrária, tendo em vista que os encargos tributários foram superiores às obrigações originais.

A rentabilidade da PUC Minas, medida com a aplicação dos dispositivos legais dispostos no marco teórico, indicou um decréscimo advindo de maiores gastos na opção contrária à original de sem fins lucrativos.

Na alteração de opção da Kroton educacional no ano de 2007, observa-se que os gastos com a concessão de bolsas de estudo gratuitas foram superiores aos tributos incidentes; sendo que os recursos gerados não foram suficientes para sobrepujar às despesas operacionais e ao resultado financeiro. Contudo, nos anos de 2008 e 2009, esta situação não se manteve, tendo em vista que os custos dos serviços prestados reduziram em relação às receitas líquidas; indicando que a concessão do benefício socioassistencial representou menor gasto que os tributários.

Contudo, verifica-se uma relevante variável na composição dos Custos dos Serviços Prestados da PUC Minas e da Kroton, considerando que a concentração de mão-de-obra é intensa nas IES, influenciadas pelas variáveis de titulação do corpo docente e estrutura acadêmica, que norteiam as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

5 CONCLUSÃO

O objetivo geral deste trabalho foi verificar os reflexos financeiros, produzidos pela opção das Instituições Privadas de Ensino Superior, serem com e sem fins lucrativos.

Aliados ao objetivo geral, os aspectos específicos quanto à apuração dos indicadores, a análise dos efeitos da natureza financeira de destinação do resultado e uma possível influência desta como vantagem competitiva, foram considerados satisfatórios, na conclusão desta pesquisa.

Nas informações levantadas na pesquisa considera-se de extrema importância a atualização da legislação societária brasileira no processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade, que são emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*. A uniformidade de procedimentos de entidade

de natureza e transações semelhantes contribuirá de forma significativa para redução de distorções na apuração e análise dos respectivos indicadores.

Considerada a comparação entre as unidades de análise, enquadradas no grupo de entidades sem fins lucrativos e no de com fins lucrativos, apurou-se, apesar do risco do imprevisto, através dos indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade que aquela que têm o lucro como objetivo é a que apresenta melhor tendência patrimonial e financeira futura.

Contudo, quando as respectivas unidades de análise são comparadas com sua própria opção contrária, apura-se que as entidades sem fins lucrativos são as que apresentam os melhores indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade. Estas entidades devem obrigatoriamente reinvestir o superávit da atividade, não sendo permitido qualquer tipo de distribuição de resultado.

Consta-se assim que a retenção do superávit nas entidades sem fins lucrativos representa uma vantagem competitiva tendo em vista que os recursos são obrigatoriamente reinvestidos no patrimônio da entidade, refletindo positivamente nos indicadores apurados nesta pesquisa. Estas entidades devem obrigatoriamente reinvestir o superávit da atividade, não sendo permitido qualquer tipo de distribuição de resultado.

No propósito de criação de valor da Instituição de Ensino Superior com a objetivação financeira de remunerar os donos do capital, acionistas e ou investidores, não é possível usufruir dos benefícios de não recolhimento dos tributos incidentes sobre a folha de pagamento e terceiros, sejam estas pessoas físicas e ou cooperativas; o que limita eventuais transformações destas entidades em sem fins lucrativos.

Contudo, eventuais transformações, historicamente ocorridas no Brasil, após a Constituição de 1988, de entidades sem fins lucrativos em com fins lucrativos, dentre elas a da Kroton Educacional, refletem a realidade do mercado de livre iniciativa privada, no qual se enquadram as instituições educacionais, passando os donos do capital próprio a terem autonomia na distribuição de eventuais resultados, sejam estes sociais ou simplesmente remuneratórios.

5.1 Pesquisas Futuras e Limitações

A despeito destas considerações, facultam-se estudos específicos nas entidades com fins lucrativos, quanto à substituição do desembolso financeiro dos tributos federais incidentes sobre a receita de prestação de serviços de graduação e cursos sequenciais; bem como o lucro da exploração destas atividades específicas, por vagas nos respectivos cursos da IES.

Evidências apontam para existência de um ponto financeiro ótimo, que sugere uma abordagem futura entre a composição dos custos tributários com pessoal, devido à representativa concentração de mão de obra na IES, as gratuidades socioassistências e a receita suficiente para convergência de ambos.

As conclusões desta pesquisa possuem limitações inerentes aos estudos de caso. Um dos desafios dessa pesquisa alude às constantes mudanças que vem passando as Instituições de Ensino Superior no Brasil. Segundo Brasil (2002), a empresa, é um organismo vivo, agindo num ambiente em constante mudança.

Outras limitações são as escassas publicações especializadas que abordem a gestão tributária das Instituições de Ensino Superior, a utilização de dados secundários extraídos das demonstrações financeiras, em fase de adequação às normas internacionais de contabilidade, e, a análise de apenas duas entidades em um universo de 2016¹⁴.

¹⁴ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Sinopse estatística da educação superior 2008, Brasília, 2009.

6 REFERÊNCIAS

ATALIBA, Geraldo. **Hipótese de Incidência Tributária**. 6. ed. São Paulo: Milheiros Editores, 2001.

AZEVEDO, Osmar Reis; SENNE, Silvio Helder Lencioni. **Obrigações fiscais das entidades sem fins lucrativos**: inclui tratamento tributário para cooperativas, condomínios; instituições de ensino superior e ONGS. São Paulo: IOB Thomson, 2006.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Brasília**, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Estabelece as diretrizes do PROUNI - Programa Universidade Para Todo. **Brasília**, 2005.

BRASIL. Lei nº. 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Brasília**, 2006.

BRASIL. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2009**. Brasília, 2010. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 27 de julho de 2010.

BRASIL. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2008**. Brasília, 2009. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 21 de julho de 2010.

BRASIL, H. G. **Avaliação Moderna de Investimentos**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

BRASIL, H. G. **Gestão Financeira das Empresas**: um modelo dinâmico. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Quaity-mark, 2001.

CARVALHO, C. H. A. **Política de Ensino Superior e Renúncia Fiscal**: da Reforma Universitária de 1968 ao PROUNI. Universidade de Campinas, 2008.

COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. Lucia Simonini (trad.). 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONSOLARO, A. **O “Ser” Professor**. Arte e Ciência no Ensinar e Aprender. Alberto Consolaro. Maringá: Dental Press, 2005.

COPELAND, T.; KOLLER, T.; MURRIN, J. **Avaliação de Empresas - Valuation**: Calculando e Gerenciando o Valor das Empresas. 3 ed. Sao Paulo: Makron Books, 2002.

CUNHA, L. A. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: LOPES, E.; TEIXEIRA, M. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p.151-204.

DAMODARAN, A. **Introdução à avaliação de investimentos**: ferramentas e técnicas para a determinação do valor de qualquer ativo. Kleber Nunes (trad.); Eduardo Fortuna e Jose Rabello Moraes (revisão técnica). 2. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2009.

DRUCKER, P. F. **Inovação e Espírito Empreendedor (entrepreneurship)**: práticas e princípios. Carlos Malferrari (trad.). São Paulo: Pioneira Thoson, 2003.

ENGUITA, M. F. O discurso da qualidade e a qualidade do discurso. In: GENTILI, P. SILVA, T. T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação**: visões críticas. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996 (Coleção Leitura)

GARRISON, R. H. NOREEN, E. W. **Contabilidade Gerencial**. Jose Luiz Paravato (trad). 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2001.

GITMAN, L. J. **Princípios da Administração Financeira**. 10. ed. São Paulo: Pearson Addison Wesley, 2004.

GONÇALVES, F. D. C. ISS – **Alíquotas Diferenciadas para os serviços de ensino superior** – Inconstitucionalidades das Leis do Município de São Paulo n. 12.701/03. In: Ives Gandra da Silva Martins e Marcelo Magalhães Peixoto. ISS LC 116/2003. Curitiba: Juruá, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HIGUCHI, H; HIGUCHI, F. H.; HIGUCHI, C. H. **Imposto de Renda das Empresas**: Interpretação e prática. 32. ed. São Paulo: IR Publicações, 2007.

HOPER. **Análise Setorial do Ensino Superior Privado do Brasil**. Foz do Iguaçu: Hoper Estudos de Mercado, 2009.

IUDÍCIBUS, S. de. **Análise de balanços**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C. **Curso de Contabilidade para não contadores**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBECKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**: aplicável às demais Sociedades. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KASSAI, J. R. *et al.* **Retorno de Investimento**: abordagem matemática e contábil do lucro empresarial. 2.ed.São Paulo: Atlas, 2000.

KROTON EDUCACIONAL. Fatos Relevantes. Disponível em http://www.mzweb.com.br/kroton/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&tipo=7928&submenu=3&img=6370&conta=28> Acesso em 26/07/2010.

NETO, A. S. **Finanças Corporativas e Valor**. São Paulo: Atlas, 2003.

NETO, A. S. **Mercado Financeiro**. 9. ed. São Paulo: Atlas,. 2010.

NETO, A.S. **Índice de Especulação de Valor Agregado – IEVA**. Revista de Contabilidade. Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC-SP). São Paulo, nº. 21, 2002.

MATARAZZO, D. C. **Análise Financeira de Balanços**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 1998.

MELLO, R. C. **Estratégia da estrutura de capital sob os efeitos das fusões: estudo de caso das instituições de ensino superior brasileiras**. 2009. 117 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Faculdade Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, 2009.

OLAK, P. A; NASCIMENTO, D. T. **Contabilidade para entidades sem fins lucrativos** (Terceiro Setor). 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

OLIVEIRA, V. K. de M. **Direito Tributário: Sistema Tributário Nacional. Teoria e Prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

PESTANA, A. **Gestão e educação: uma empresa chamada escola**. Andre Pestana. Petrópolis: Catedral das Letras, 2003.

RESENDE, A. T. **Roteiro do Terceiro Setor**. 2. ed. Minas Gerais: Fundação Newton Paiva Ferreira, 2003.

RIOS, T. A. **Compreender e ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. Terezinha Azeredo Rios. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROCHA, C. H. GRANEMANN, S. R. (Org.) **Gestão das instituições privadas de ensino superior**. São Paulo: Atlas, 2003.

ROCHMAN, R. R. **A Taxa de Juros Livre de Riscos**. Julho de 2009. Disponível em: <<http://web.infomoney.com.br/templates/news/view.asp?codigo=1631669&path=/investimentos/noticias/colunistas/>>. Acesso em: 18/10/2010.

SAVIANI, D. **Sobre a Natureza e Especificidade da Educação**. São Paulo: Em Aberto, 1984.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

WAHS, J. **Educação na mira do investidor**. Revista Bovespa, Abril/Junho, 2008. Disponível em: <http://www.bovespa.com.br/InstSites/RevistaBovespa/106/Empresa.shtml>>. Acesso em: 22/7/2010.

ANEXO I

Balço Patrimonial PUC Minas Com Fins Lucrativos

Balços Patrimoniais em 31 de Dezembro (Em milhares de Reais)						COM FINS LUCRATIVOS				
Ativo	2009	2008	2007	Passivo	2009	2008	2007	2009	2008	2007
Circulante	80.357	66.170	61.658	Circulante	114.613	117.172	110.086			
Caixa e equivalentes de caixa	20.307	10.111	7.186	Fornecedores	20.305	16.466	12.555			
Contas a receber	36.525	33.238	33.767	Empréstimos e financiamentos	32.554	40.508	44.280			
Adiantamentos	19.860	18.696	17.537	Obrigações fiscais e trabalhistas	36.064	33.998	28.860			
Demais contas a receber	3.665	4.125	3.168	Adiantamentos de clientes	15.304	15.034	12.044			
				Convênios	6.093	5.106	4.239			
				Demais contas e despesas a pagar	4.293	6.060	8.108			
Não Circulante	340.848	351.156	345.445	Não Circulante	50.598	55.922	59.635			
Realizável a longo prazo	36.613	40.730	42.756	Empréstimos e financiamentos	43.036	45.125	51.172			
Adiantamentos a entidades afins	21.542	20.211	17.214	Títulos a pagar	3.783	3.783	3.783			
Títulos a receber	13.304	16.905	20.886	Adiantamentos de clientes	2.482	3.605	147			
Demais contas a receber	1.365	3.298	4.443	Adiantamentos de entidades afins	0	1.853	3.955			
Depósitos judiciais	402	316	213	Provisão para contingências	1.297	1.556	578			
Investimentos	28.506	28.867	79	Patrimônio Social	255.994	244.232	237.382			
Imobilizado	274.620	280.539	302.610	Fundo Patrimonial	98.746	83.796	72.956			
Intangíveis	1.109	1.020	0	Reserva Patrimonial	5.729	5.729	5.729			
				Reserva de Reavaliação	151.519	154.707	158.697			
Total do Ativo	421.205	417.326	407.103	Total do Passivo	421.205	417.326	407.103			

ANEXO II
Balança Patrimonial KROTON Sem Fins Lucrativos

Balanças Patrimoniais em 31 de Dezembro (Em milhares de Reais)					SEM FINS LUCRATIVOS		
Ativo	2.009	2.008	2.007	Passivo	2.009	2.008	2.007
Ativo Circulante	507.235	215.608	380.816	Passivo Circulante	28.357	57.049	43.595
Disponibilidades	410.384	124.218	325.282	Empréstimo e Financiamentos	5.165	5.453	1.429
Caixa e equivalentes	17.264	9.114	2.455	Fornecedores	9.896	15.930	7.721
Títulos e valores mobiliários	393.120	115.104	322.827	Impostos, taxas e contribuições	1.779	1.891	5.775
Créditos	63.795	61.689	30.427	Dividendos a pagar	0	12.949	0
Clientes	63.795	61.689	30.427	Outros	11.517	20.826	28.670
Estoques	12.350	10.720	8.742				
Outros créditos	20.706	18.981	16.365	Passivo Não Circulante	26.245	28.563	24.269
				Exigível a longo prazo	26.221	28.603	24.263
				Participação acion. não controladores	24	-40	6
Ativo Não Circulante	363.450	320.112	122.586				
Ativo realizável a longo prazo	19.680	18.477	14.348	Patrimônio Líquido	816.083	450.108	435.538
Ativo Permanente	343.770	301.635	108.238	Capital Social Realizado	799.584	433.329	454.397
Imobilizado	167.653	133.736	37.952	Reserva de Capital	14.962	0	0
Intangível	173.576	165.315	70.126	Reservas de Lucro	0	681	0
Diferido	2.541	2.584	160	Lucros / Prejuízos Acumulados	1.537	16.098	-18.859
Total do Ativo	870.685	535.720	503.402	Total do Passivo	870.685	535.720	503.402